



Universidade de Brasília
CET – Centro de Excelência em Turismo

Pós-graduação Lato Sensu

Curso de Especialização em Economia para o Turismo

“POBREZA E TURISMO”

CRISTIANO ARAUJO BORGES

Brasília – DF
Agosto / 2006

Universidade de Brasília
CET – Centro de Excelência em Turismo

Curso de Especialização em Economia para o Turismo

“POBREZA E TURISMO”

CRISTIANO ARAUJO BORGES

Profª Drª Maria de Lourdes Rollemberg Mollo
Professora Orientadora

“Trabalho apresentado em cumprimento às exigências acadêmicas parciais do curso de pós-graduação lato sensu em Economia para o Turismo para a obtenção do grau de Especialista”

Brasília – DF
Agosto / 2006

Para Tia Ana, minha família e Cris.

Agradecimentos

Agradeço à Tia Ana, ao Tio Wagner, à Tia Rachel e Família, aos meus pais, irmãos e família, à Cris, aos colegas de Economia do Turismo - especialmente Marcelo, Carlos e Paula Menezes, aos colegas do Ministério do Turismo – especialmente Dani e Markito, à orientadora Lourdinha e ao Laudo Bernardes. Creio que cada um saiba o motivo do agradecimento.

Acabar com a Pobreza é uma utopia?

A utopia está no horizonte. Caminho dois passos, ela se distancia dois passos. Caminho mais um pouco, ela se distancia outro tanto. Para que serve a utopia? Para isso: para caminhar!

Eduardo Galeano

Resumo

A pobreza é um fenômeno histórico e social que, hoje, desalenta grande parte da população mundial. A Organização Mundial do Turismo – OMT, entidade do sistema ONU, acredita que uma das formas de aliviar a pobreza mundial é desenvolver adequadamente o turismo e têm feito recomendações aos países neste sentido. Entretanto, há poucos estudos que comprovem a capacidade ou incapacidade do turismo como redutor de pobreza. Este trabalho, a partir de fontes secundárias, procura contribuir para a discussão da relação existente entre a pobreza e o turismo. Encontra que pobreza encontra-se intimamente ligada à desigualdade de renda e percebe a existência de indícios que comprovem que o turismo pode contribuir para a redução da pobreza, especialmente no Brasil. Analisa e faz sugestões de políticas públicas para que a atividade turística possa contribuir para a redução da pobreza no País.

Palavras-chave: pobreza; desigualdade; turismo; impactos; políticas.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	01
2. POBREZA	04
2.1 Pobreza: conceitos e medidas	
2.2 Pobreza no Brasil	
3. TURISMO E POBREZA	16
3.1 Turismo no Brasil	
3.2 Pobreza e Turismo: impactos econômicos positivos e negativos do turismo	
4. POLÍTICAS DE TURISMO E DE ALÍVIO À POBREZA	37
4.1 Políticas de Turismo e de Alívio à Pobreza	
4.2 Conclusão e Recomendações	
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	51
6. BIBLIOGRAFIA	54
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno histórico que, hoje, desalenta grande parte da população mundial. Milhões de pessoas enfrentam, todos os dias, a violação de seus direitos como seres humanos, vivendo em situações de carência tamanha, a ponto de não conseguirem manter um padrão mínimo de vida, concordante com as referências sociais.

Não há um conceito único para a pobreza, assim como não existe uma única forma de medição. Não se trata apenas de insuficiência de recursos monetários, mas de uma questão social que envergonha a humanidade.

Dados da ONU - que calculam linhas de pobreza e consideram como miseráveis os indivíduos que auferem menos de US\$ 1,00 ao dia - confirmam a existência de 1,2 bilhão de pessoas no mundo vivendo em situação de miséria. 60% deste total estariam concentrados em cinco países: Índia, China, Nigéria, Etiópia e Bangladesh.¹ O Brasil, país de reconhecida desigualdade social, também sofre com a pobreza e a indigência.

Diante dessa realidade mundial, os 181 países componentes da Organização das Nações Unidas – ONU estabeleceram objetivos de desenvolvimento para o milênio, merecendo destaque o de reduzir para a metade, até o ano de 2015, a pobreza no planeta.

A Organização Mundial do Turismo – OMT, entidade do sistema ONU, acredita que uma das formas de aliviar a pobreza mundial e atingir este objetivo é desenvolver adequadamente o turismo. Neste sentido, desde 1999, governos de diversos países

¹ OMT, 2004.

vêm sendo estimulados pela ONU a aproveitar o potencial do turismo como redutor de pobreza.²

Acreditando nisso, o governo brasileiro colocou o turismo entre suas prioridades, criou um ministério exclusivo para o setor e lançou um plano de diretrizes para o turismo.

Apesar da recomendação da ONU e dos esforços da OMT e do governo brasileiro, há poucas pesquisas que comprovem a capacidade ou incapacidade do turismo como redutor de pobreza. É justamente esta a questão que este trabalho, a partir de fontes secundárias, procura ajudar a responder. Não é pretensão deste estudo esgotar tema tão vasto, mas sim contribuir para a discussão da relação existente entre a pobreza e o turismo.

Para tanto, realizou-se um apanhado do conhecimento existente na área da pobreza, bem como sobre a relação já descrita. Procurou-se, assim, colaborar na discussão sobre o impacto econômico do turismo na pobreza, enfocando, sempre, o caso brasileiro.

No primeiro capítulo buscou-se, em uma parte, demonstrar a conceituação e as formas de medida da pobreza e, para isso, foram relatadas, inclusive, as diferenças entre pobreza relativa e absoluta. Na outra parte, abordou-se a situação da pobreza no Brasil, apresentando diversos estudos já realizados sobre o tema e concluindo-se que a pobreza está intimamente ligada à concentração de renda.

Partindo do princípio que a atividade turística pode contribuir na redução da desigualdade de renda e da pobreza, o segundo capítulo é iniciado por uma abordagem do turismo no Brasil, na primeira parte, e, cabendo à segunda parte, relacionar turismo e pobreza. Para tanto, são os impactos econômicos positivos e negativos trazidos pela atividade.

² BRASIL, 2005: 5.

Considera-se que apenas o mercado não é capaz de fazer com que os impactos negativos do turismo sejam atenuados ou evitados, sendo necessária a implantação de políticas governamentais. Diante disso, no terceiro capítulo são mostradas algumas políticas utilizadas no combate à pobreza, enfocando o caso brasileiro. Em seguida, são destacadas algumas das políticas de turismo existentes no País, principalmente as que podem ser utilizadas no combate à pobreza. Por fim, são apresentadas sugestões de políticas públicas de turismo para o alívio da pobreza, com base em autores pesquisados.

Tendo recolhido indícios que comprovam que o turismo pode contribuir para a redução da pobreza, é estabelecida uma relação entre os três capítulos e são propostos caminhos a serem seguidos, traçados a partir da bibliografia consultada.

2 Pobreza

2.1 Pobreza: conceitos e medidas

No ano 2000, representantes de 189 países membros da Organização das Nações Unidas – ONU traçaram um projeto básico e um plano de ação para o novo milênio. Nele, se comprometeram a alcançar uma série de metas de desenvolvimento, divididas em oito objetivos fundamentais, os chamados Objetivos do Milênio. Esses objetivos retratam as expectativas de progresso social da comunidade internacional aprovadas numa série de reuniões e conferências internacionais realizadas a partir de 1990.³

Uma das metas estabelecidas na Declaração do Milênio é reduzir para a metade, até 2015, a proporção da população que, em 1990, vivia em condições de extrema pobreza e fome.⁴

Mas, o que é viver em condições de extrema pobreza? O que é a pobreza? Como medi-la? A pobreza é um fenômeno social e econômico extremamente complexo. Ela tem características e causas diversas. IBARRA diz que a pobreza possui “[...] características globais e particularidades regionais e locais”. (2003: 6)

Há várias definições para a pobreza, várias maneiras de dizer o que é ser pobre, vários estudos diferentes que conceituam a pobreza. Além de diferirem conceitualmente, esses estudos são diferentes também nos objetivos que querem alcançar e na metodologia utilizada para estimar a quantidade de pobres existente em determinado local.⁵

³ ONU, 2003. P. 9 e 15.

⁴ Idem.

⁵ IBARRA, 2003. P. 6 e 7.

A pobreza é um processo histórico que sempre existiu em todas as sociedades, em todos os tempos, em maiores ou menores graus, independentemente do sistema político-partidário, do plano econômico ou das políticas sociais adotadas.⁶

Ela é usualmente tratada como um problema, como uma ameaça à estabilidade e à sociedade, um desafio ao Estado, um freio ao crescimento, uma despesa a ser coberta por programas sociais.

Na medida em que a pobreza é encarada dessa forma, como um problema, medi-la torna-se importante, tendo em vista que este problema pode ser quantificado. A medida serve de diagnóstico e permite traçar linhas de corte e de classificação. Ela facilita o processo de tomada de decisões.⁷

SALAMA E DESTREMAU (1999: 139) consideram que “a medida da pobreza tem uma finalidade nobre, testemunhar que a pobreza desmedida é violação dos direitos do homem e contribuir para a satisfação desses direitos”.

Essa medida pode ser feita por diferentes óticas. Ela pode ser monetária – baseada nos rendimentos, levar em contar as chamadas “necessidades básicas”, se interessar somente por fluxos, incluir elementos patrimoniais, enfim, pode-se fazer uso de abordagens diversas. Não há um consenso em relação à melhor forma para se estimar a pobreza.

Por haver diferentes metodologias utilizadas para medir a pobreza, existe uma série de estudos com resultados distintos no número de pobres existentes no mundo. O fato é que, como atestam Salama e Destremau, cada um tem sua motivação para medir a pobreza e cada um tem seus remédios para aliviá-la.⁸

⁶ Idem, p. 14.

⁷ SALAMA e DESTREMAU, 1999: 135 e 106.

⁸ SALAMA e DESTREMAU, 1999: 108.

As diferentes formas de medição da pobreza vêm dos diferentes conceitos dados à pobreza. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define pobreza como a “falta daquilo que é necessário à subsistência; penúria”. (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001).

Entretanto, no meio acadêmico, encontramos várias outras definições para o termo, também de acordo com o objetivo dos estudos realizados. Uma das maneiras de se conceituar pobreza é identificar a pobreza subjetiva, analisar os próprios indivíduos e seus níveis de vida.

Contudo, as definições mais utilizadas na atualidade para a pobreza se baseiam em avaliações objetivas, que levam em conta o bem-estar econômico. Dentro desta ótica, há os defensores da pobreza absoluta e os da pobreza relativa.⁹

A pobreza absoluta é a forma com que organismos como o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL avaliam o bem estar econômico dos indivíduos. Se este indivíduo está abaixo de um limite mínimo – seja de consumo de calorias e nutrientes ou um valor monetário determinado – ele é considerado pobre. Este limite mínimo é chamado de linha de pobreza.¹⁰

Quando este limite mínimo é um valor monetário, verificam-se as rendas de um indivíduo ou de uma família, a fim de identificar o seu poder de compra dos componentes de uma cesta básica. Segundo IBARRA (2003: 29), o critério da renda como método de definição de pobreza é contestado por não refletir outros aspectos como saúde e educação, e, assim, negligenciar bens de caráter não-monetário.

Além disso, as linhas de pobreza são construídas a partir de juízos de valor, refletindo os métodos adotados para sua construção. Apesar dos aspectos técnicos envolvidos, há sempre um caráter arbitrário.

⁹ Mais informações sobre metodologias para estimar a pobreza podem ser encontradas em IBARRA, 2003: 7.

¹⁰ Idem.

Já a pobreza relativa busca mostrar o posicionamento de uma família (ou indivíduo) em relação às outras. Os adeptos desta corrente dizem que as necessidades mínimas de renda ou consumo mudam a cada sociedade e a cada tempo. Para medir a pobreza, eles geralmente utilizam o método das condições de vida, também chamado de necessidades básicas insatisfeitas. O índice de Desenvolvimento Humano - IDH, por exemplo, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD utiliza esse método.

O método das condições de vida considera como pobre o indivíduo que não consegue cumprir determinadas condições domiciliares. Essas condições são definidas arbitrariamente, dependendo do pesquisador, e essa é uma das contestações desse método. Outra é a temporalidade, que dificulta a diferença e indicadores e a comparação entre períodos.¹¹

BARROS *et al.* defendem que o tema não pode ser definido de maneira única e universal, contudo se pode afirmar que “[...] a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. [...]”. (2001: 2)

Ao determinar sua meta, na Declaração do Milênio, de reduzir para a metade, até 2015, a proporção da população que, em 1990, vivia em condições de extrema pobreza e fome, a ONU levou em conta a pobreza absoluta. Considerou, assim, a quantidade de indivíduos que não alcançam determinados valor monetário e consumo de calorias e nutrientes diários como parâmetros.¹²

A pobreza absoluta também foi adotada pelo Banco Mundial, que criou duas linhas internacionais para facilitar a medida da pobreza e da indigência no mundo. Neste

¹¹ IBARRA, 2003: 32 e 33

¹² Para ter acesso aos objetivos do milênio e aos indicadores utilizados para medi-los acessar <http://www.unmillenniumproject.org/goals/goals03.htm>

sentido, são consideradas pobres as pessoas que auferem menos de dois dólares por dia, convertidos pela paridade do poder de compra e não pelo câmbio, ao passo que são indigentes os que recebem menos de um dólar diário/ ppp. A linha de indigência é calculada considerando-se os valores monetários que permitam suprir necessidades calóricas básicas, ao passo que a linha de pobreza também considera despesas com habitação, vestuário, transporte, além das despesas alimentares.¹³

¹³ NÉRI, 2005: 19.

2.2 Pobreza no Brasil

SALAMA E DESTREMAU (1999: 106) afirmam que foi a partir do fim do século XVIII que as investigações sociais sobre pobreza proliferaram no mundo. Personalidades como Karl Marx, Adam Smith e David Ricardo já se dedicavam ao tema pobreza.

Karl Marx *apud* IBARRA (2003: 17), apenas para citar um exemplo, acreditava que a pobreza e a desigualdade estavam centradas na dificuldade da classe trabalhadora em ter acesso aos meios de produção e àquilo que ela produzia.

Hoje,

A pobreza se impõe com a urbanização acelerada das nossas sociedades e a conseqüente dificuldade de criar novos empregos em número suficiente. Como um fato da sociedade, ela se expressa, por vezes, em atos de violência e no desenvolvimento de culturas alternativas. (SALAMA E DESTREMAU, 1999: 18)

Ela incomoda, em todo o mundo, pelo impacto “visual e higiênico” que causa e está relacionada a uma condição inaceitável de dificuldades no viver. Dificuldades que estão ligadas às condições materiais, à posição econômica e à posição social dos indivíduos. Por isso, acredita-se que a pobreza só deva ser considerada em relação à sociedade em que ocorre.¹⁴

No Brasil, foi, principalmente, a partir de 1870 que os intelectuais e políticos passaram a debater problemas como a pobreza. Ainda hoje, a literatura brasileira sobre o tema se limita a estudar “[...] suas causas, distribuição espacial, conceitos e linhas de pobreza, perfil do pobre [...] Questões associadas à natureza e funcionamento dos mercados em que os pobres estão inseridos [...] raramente são trabalhadas”.¹⁵

¹⁴ IBARRA, 2003: 25 e 51.

¹⁵ ARBACHE, 2005: 1.

Apesar disso, o pesquisador Marcelo Néri afirma que o Brasil é um bom caso para o estudo da pobreza, uma vez que grande parte da população pobre da América Latina encontra-se no País e considerando que é grande o potencial para aliviar a pobreza no Brasil. O autor afirma isso porque um alto Produto Interno Bruto – PIB combinado com um elevado grau de desigualdade na distribuição de renda gera condições adequadas para a aplicação de políticas de redistribuição de renda e alívio da pobreza.¹⁶

Aliás, muitos autores, como é o caso de Ricardo Henriques, acreditam que a pobreza brasileira está diretamente associada à distribuição de renda e não à falta de recursos. Para esses autores, o Brasil, se comparado a outros países e em números absolutos, não é um país pobre, mas um país desigual.¹⁷

Desigualdade sempre esteve relacionada com pobreza. Ao tratar a questão, IBARRA (2003: 50) diz que “a pobreza não é determinada necessariamente pela desigualdade, mas se reproduz graças à desigualdade”.

O Brasil se encontra há muitos anos entre os países mais desiguais do mundo. Sua população está segmentada entre uma minoria de famílias ricas e uma maioria de indivíduos pobres. Essa divisão entre ricos e não-ricos “[...] é resultado de uma organização social que produz e mantém desigualdades ao longo do tempo. [...]”. (MEDEIROS, 2005: 99 e 100)

BARROS *et al.* (2001) avaliaram a evolução da pobreza e da indigência no Brasil a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs, feitas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para tanto, construíram linhas de pobreza e indigência, sendo que, a última, refere-se somente à “[...] estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo [...]”. Já a linha de pobreza construída considerou “[...] os gastos com alimentação como

¹⁶ NÉRI, 2000: 503

¹⁷ HENRIQUES, 2001: 17.

uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes”. (BARROS *et al.*, 2001: 2).

A partir da análise realizada, os autores concluíram que nas duas últimas décadas, o Brasil apresentou enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Devido ao crescimento populacional, “[...] o número de pobres aumentou cerca de 13 milhões, passando de 41 milhões em 1977 para 53 milhões em 1999”. (BARROS *et al.*, 2001: 3). Apesar disso, pode-se observar uma pequena queda no grau de pobreza.

Os autores afirmaram, também de acordo com a análise das duas últimas décadas, que a pobreza atingiu seus piores valores entre 1983 e 84 e os melhores quando dos impactos dos Planos Cruzado e Real.¹⁸

Concluíram, ainda que no ano de 1999, 14% da população brasileira vivia “[...] em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Desse modo [...] cerca de 22 milhões de brasileiros [podiam] ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres”. (BARROS *et al.*, 2001:2)

De acordo com os autores, a estabilidade encontrada, nas duas últimas décadas, no grau de desigualdade de distribuição de renda é o principal determinante da pobreza no País. Eles também compartilham da opinião de que a pobreza brasileira não se deve à escassez de recursos, mas à má distribuição desses recursos.

BARROS *et al.* (2001) realizaram, ainda, simulações dos impactos do crescimento econômico e da redução do grau de desigualdade na distribuição de renda, tendo chegado à conclusão de que “[...] os níveis de pobreza são mais sensíveis a alterações neste último fator que no primeiro [...]”.

¹⁸ HENRIQUES, 2001: 9.

Esse fato é justificado por Arbache, quando o autor diz que uma fraca integração dos mercados faz com que o PIB gere pouco impacto sobre a redução da pobreza. Ele explica que os mercados dos quais os pobres são parte não se encontram totalmente integrados ao restante da economia. Essa integração é condição para que os pobres consigam contratos de trabalho, valorizem seus ativos, desenvolvam seus empreendimentos e se beneficiem do crescimento econômico.¹⁹

Apesar de os níveis de pobreza serem mais sensíveis às alterações no grau de desigualdade, os autores afirmam que a redução da desigualdade sempre teve um papel secundário nas políticas brasileiras de combate à pobreza, ficando o crescimento econômico com os maiores esforços por parte do governo.

MEDEIROS (2005: 101 e 102) foi outro autor que tratou da desigualdade brasileira ao estudar os ricos no Brasil. Para ele,

“[...] A renda é tão concentrada que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre desta população, e pelo menos um quarto de toda a desigualdade de renda é determinado pela diferença relativa entre apenas 3% da população mais rica e o restante das pessoas”.

Ele afirma que para entender bem a sociedade brasileira é preciso conhecer em detalhes todas as suas desigualdades.

Já Carneiro e Arbache *apud* ARBACHE (2003: 18) investigaram a relação entre a abertura da economia brasileira e a pobreza e desigualdade. Eles descobriram que “[...] mudanças no setor externo e mesmo choques de produtividade teriam poucos efeitos positivos sobre a pobreza e a distribuição de renda”. Assim, o crescimento, principalmente aquele provindo do setor externo, não melhoraria a situação dos pobres.

Jorge ARBACHE (2003: 1), em seu estudo denominado “Pobreza e Mercados no Brasil”, apresenta treze dados, recolhidos de diversos estudos, sobre a pobreza

¹⁹ ARBACHE, 2003: 36.

brasileira, os quais sugerem a associação da pobreza com a distribuição de renda desigual:

- (a) Em 1999, 53 milhões de brasileiros eram pobres e 22,6 milhões eram indigentes, ou 34% da população total era pobre e 14,5% era indigente (Ipeadata);
- (b) 45% dos indigentes são menores de 15 anos de idade – a população de até 15 anos é de 30% do total (PNAD/IBGE e PME/IBGE);
- (c) Cerca de 58% das famílias pobres são chefiadas por trabalhadores autônomos, empregados informais ou sem remuneração (PNAD/IBGE);
- (d) A pobreza está concentrada nas áreas rurais, pequenas cidades e em estados das regiões nordeste e norte do país (Carneiro, 2003);
- (e) A incidência de pobreza e indigência na área rural é duas vezes superior à da área urbana (Cepal, 2001);
- (f) O desemprego cresceu de 4,5% em 1990, para 11,4% em 1999 (Cepal, 2001);
- (g) Nos últimos anos, o volume de gastos sociais no Brasil chegou a 21% do PIB – essa proporção inclui os gastos com a Previdência Social (Barros et al., 2000);
- (h) Menos de ¼ dos gastos sociais são despendidos com os indivíduos realmente pobres; a maior parte é alocada a programas que atendem à classe média (Barros et al; 2000);
- (i) Os 10% mais elevados benefícios previdenciários – incluindo os do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os do setor público – se apropriam de quase metade da massa de benefícios distribuídos que, por sua vez, consomem quase metade do orçamento social consolidado brasileiro (Neri, 2001);
- (j) Os índices de desigualdade de renda e de salários no Brasil estão entre os mais elevados do mundo (Li et al., 1998), e é o mais elevado da América Latina (Cepal, 2001);
- (k) Os 10% mais ricos detêm cerca de 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detêm menos de 10% da renda (Barros et al. 2001);
- (l) Os indicadores de distribuição de renda mantiveram-se elevados estáveis ao longo das duas últimas décadas (Green et al., 2001);
- (m) Mais de 80% da população mundial vive com renda per capita inferior à brasileira.

No entendimento do autor, os fatos acima exarados sugerem que a pobreza no Brasil está bastante associada à desigualdade na distribuição de renda e está concentrada entre crianças e trabalhadores em atividades informais, bem como em regiões menos desenvolvidas. (ARBACHE, 2003: 1 e 2). Os dados expostos por Arbache também ajudam a entender o perfil do pobre no Brasil, trabalho feito por outros diversos pesquisadores.

A partir do cálculo do número de pobres e indigentes existentes no País, realizado por Barros *et al.*, Ricardo HENRIQUES (2001: 9 e 10) mediu a desigualdade racial no Brasil: “[...] dos 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões pardos e 3,6 milhões, pretos. Entre os 22 milhões de indigentes temos 6,8 milhões brancos, 13,6 milhões pardos e 1,5 milhão, pretos”.

O autor conclui, então, que “[...] nascer de cor parda ou de cor preta aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre.” E isso mantém-se estável ao longo do tempo, principalmente se considerarmos a última década.²⁰

O combate à discriminação seria, desse modo, uma forma de redução da pobreza, na medida em que democratiza o acesso aos melhores postos de trabalho e coíbe o tratamento discriminatório. Se beneficiasse mulheres negras chefes de família e descasadas, então, esse combate atingiria o “[...] típico núcleo familiar que experimenta pobreza e miséria no Brasil”. (Barros *apud* ARBACHE, 2003: 20).

Em seu estudo, Henriques também aponta que 50,6% da população pobre do país, o equivalente a 26,8 milhões de brasileiros, vive na região Nordeste.²¹

Jorge ARBACHE (2003, 21) também afirma que “a maior parte dos pobres encontra-se na região nordeste, e mais particularmente nas pequenas cidades e na área rural”. Isso vem de encontro à visão de que é nas favelas que estão a maior parte dos pobres brasileiros. A pobreza nos grandes centros, como alerta o autor, pode ser mais severa pela exigência de mão-de-obra qualificada ser maior, mas as áreas rurais e pequenas cidades concentram o maior número de pobres da Nação.

Marcelo Néri, a partir de dados da PNAD 1996 e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 1980/97, avaliou o perfil da posse de ativos por pobres e não-pobres sob três diferentes óticas: capital físico, capital humano e capital social (ver anexo 1). Descobriu, então, que os pobres têm menor acesso à infra-estrutura urbana, menos capital humano e bens duráveis, menos acesso a propriedades imobiliárias e aos serviços públicos, além de ter menos capital social que os não-pobres.²²

²⁰ HENRIQUES, 2001: 9 a 11.

²¹ HENRIQUES, 2001: 11.

²² ARBACHE, 2003: 9.

Assim como Henriques, Néri traçou um perfil das famílias, afirmando que, pela análise feita, os grupos com maior proporção de pobres no período analisado

[...] eram chefiados por: mulheres (33%), famílias jovens [15 a 25 anos de idade (43%)], analfabetos (43%), não-brancos [indígenas (53%) e pretos (38%)], moradores de áreas rurais (34%), moradores das regiões Norte (44%) e Nordeste (43%) do Brasil, trabalhadores na agricultura (40%), construção (27%), desempregados (74%) e trabalhadores informais (40%). (NÉRI, 2000: 509).

Na opinião de Arbache, a educação explica 48% da desigualdade de salários e 26% da desigualdade de renda no Brasil. De acordo com ele, a “[...] taxa de retorno por ano adicional de educação chega a 16%, a qual está entre as mais elevadas do planeta [...]”. Assim, a distribuição da educação poderia contribuir efetivamente para a redução da pobreza e desigualdade. O principal problema, apontado pelo autor, é que isso requer prazo longo e a fome e a miséria precisam de combate imediato.²³

ARBACHE (2003:38) entende que as baixas qualificação e escolaridade complicam o acesso dos pobres aos mercados, dificultando que eles desfrutem do crescimento econômico.

A partir do que foi apresentado até o momento, é possível concluir que a pobreza se encontra estreitamente ligada à concentração de renda e que sua solução requer uma melhor distribuição de rendimentos ou transferência de rendas entre ricos e pobres.

Ora, o turismo é uma atividade cujos principais consumidores são a parcela mais rica da população. O Brasil, como se sabe, possui regiões pobres com belezas naturais e outros atrativos capazes de atrair muitos turistas. Isso levanta a questão sobre a possibilidade de utilizar a atividade turística para, via atração de renda com o turismo para regiões mais pobres, facilitar a redução da pobreza no País.

De forma a tratar essa questão, o próximo capítulo analisará o turismo, em particular no Brasil, e sua relação com a pobreza.

²³ ARBACHE, 2003: 8.

3 TURISMO E POBREZA

3.1 Turismo no Brasil

A viagem é um dos mais antigos fenômenos da humanidade: as pessoas sempre viajaram! Mas, foi com o advento da industrialização e o conseqüente desenvolvimento dos meios de transporte, que o turismo, o lazer e o tempo livre passaram a ganhar destaque.

Apesar dos números grandiosos apresentados pela atividade, o turismo foi, durante muito tempo, e, ainda hoje é por alguns, tratado como atividade secundária. ELLIOTT E MANN (2005: 1) explicam que

Tourism's economic influence and opportunity was first realized in the 1950s and 1960s by countries like France, Spain, Italy, Greece, UK, Ireland, Australia and the USA who used tourism as part of an integrated development strategy to fuel urban regeneration, develop transport systems, finance rural development, and catalyze private sector development through employment and economic growth.

Há alguns anos o turismo vem crescendo, em média, 7% ao ano, de acordo com dados da Organização Mundial do Turismo no ano 2000.²⁴ Esse crescimento da atividade reflete no crescimento mundial da economia e, segundo Lanza e Pigliaru, cerca de 5% do PIB mundial provêm do turismo, não sendo demais destacar que o crescimento da atividade tem superado, desde os anos 50, o crescimento da economia como um todo.²⁵

Nas últimas décadas, o turismo tem se tornado uma alternativa econômica para diversos países. Hoje, grande parte do Produto Interno Bruto – PIB de muitos países decorre do turismo. ARBACHE E SOARES (2002: 1) destacam que, no ano de 1996, o turismo internacional foi responsável pela geração de 435 bilhões de dólares, tornando-se a terceira atividade econômica mais importante no mundo.

²⁴ Citada por CASIMIRO FILHO E GUILHOTO, 2002, p. 2.

²⁵ LANZA & PLIGLUARU, 1999: 3

Os mesmos ELLIOTT E MANN (2005: 1) abordaram a importância do turismo no mundo contemporâneo:

Tourism's role in development has evolved considerably in the past 15 years. It is increasingly considered a stimulant not just for foreign exchange, economic growth and employment, but also an opportunity for host community participation in biodiversity conservation, urban growth, infrastructure overhaul and planning, rural development, environmental restoration, coastal protection and cultural heritage preservation.

No Brasil, apesar das inegáveis potencialidades existentes – recursos naturais, clima, gastronomia, entre outras, o turismo ainda não apresenta números tão relevantes quanto no resto do mundo. Isso pode ser explicado, pelo menos em parte, pelos baixos investimentos realizados pela iniciativa privada e pelo governo, ao longo dos anos, no setor turístico.

Nos últimos anos, com a importância conquistada pelo setor, os números do turismo têm aumentado expressivamente, atingindo índices inéditos. De acordo com Saab 1999 *apud* LANZA E PIGLIARU (1999: 3), estima-se que a receita gerada pelo turismo internacional no País em 1997 tenha sido de US\$ 2,6 bilhões, ao passo que, em 2003, esse número teria aumentado para 3,8 bilhões.

Acreditando que o turismo é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios fixados pelo governo federal para o período 2003-2007 ²⁶, em 2003 foi instituído um ministério exclusivo para o turismo. Pela primeira vez a atividade turística foi disposta entre as dez prioridades do governo brasileiro e, também, foi a primeira vez que se estabeleceu um plano nacional para o turismo.²⁷

Como se percebe, a atividade turística no Brasil ainda é incipiente, havendo poucos estudos para medir, com rigor científico, sua participação na economia. Segundo CASIMIRO FILHO E GUILHOTO (2002: 2), a falta de informações apuradas para

²⁶ O Governo federal determinou cinco vetores a serem perseguidos dos: diminuição das desigualdades regionais e sociais, equilíbrio da balança de pagamentos, geração de empregos e ocupação, geração e distribuição de rendas e inclusão social.

²⁷ BRASIL, 2006: 3.

órgãos públicos e planejadores, principalmente estudos econômicos do turismo brasileiro, pode ser um dos entraves para o desenvolvimento da atividade no País.

Neste subcapítulo, buscou-se avaliar alguns destes poucos estudos, a fim de contribuir com a discussão sobre o impacto do turismo na economia brasileira e demonstrar a realidade do turismo brasileiro vista sob a ótica econômica.

ARBACHE *et al* (2004), pesquisadores do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – Cet-UNB, buscaram identificar os principais indicadores do turismo no Brasil tendo como base a matriz de contabilidade social da economia brasileira do ano de 2002. Desenharam, assim, a matriz de contabilidade social para o turismo em 2002 e descobriram que o turismo é um setor chave para a economia brasileira, uma vez que agrega valor de forma não-desprezível, apresenta retornos crescentes de escala em seu investimento, é intensivo em trabalho e favorece a distribuição de renda. Esses fatores são capazes de indicar potencialidade de crescimento e de geração de empregos.²⁸

Para a realização da pesquisa, os autores, por meio da matriz de contabilidade social, dividiram a economia brasileira em 54 setores produtivos. 12 destes foram considerados sub-setores do turismo, a saber: transporte rodoviário de passageiros, regular; transporte rodoviário de passageiros, não regular; transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos; transporte aéreo, regular; transporte aéreo, não regular; agências de viagens e organizadores de viagens; atividades auxiliares ao transporte terrestre; atividades auxiliares ao transporte aéreo; estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação; serviços recreativos, culturais e esportivos; aluguel de automóveis e outros meios de transporte.

Estudo mais recente do Cet-UNB (TAKASAGO e MOLLO, 2006), utilizando a mesma matriz, concluiu que o setor de turismo agrega valor significativo à economia, ao

²⁸ ARBACHE *et al*, 2004: 10.

perceber que o valor agregado do setor corresponde a 2,8% do PIB e que o valor bruto de produção do turismo é 3,2% do total brasileiro.

Chegou-se à conclusão também de que o turismo brasileiro é intensivo em trabalho (51,60% do valor adicionado) se comparado à economia brasileira (29,26% do valor adicionado). Esta, por sua vez, é intensiva em capital (39,97%). O capital seria, então, responsável por apenas 6,95% do setor de turismo.²⁹

Isso significa que, no turismo, os trabalhadores, de qualquer nível de escolaridade, recebem uma parcela maior da renda do setor que os trabalhadores dos demais setores econômicos. Tal fator indica a grande capacidade do setor de turismo de gerar empregos, a partir de investimentos realizados, se comparado a outros setores da economia.³⁰

Tabela 1
Participação do Trabalho e Capital na Economia

Tipo	Participação no PIB do Turismo (%)	Participação no PIB do Brasil (%)
Trabalho Não-qualificado	8,96	5,24
Trabalho Semiquualificado	5,43	2,54
Trabalho Qualificado	19,41	13,78
Trabalhador por Conta Própria	17,70	4,36
Empregador	4,98	3,35
Capital	6,95	39,97

Fonte: TAKASAGO e MOLLO, 2006.

Pela tabela acima, é possível perceber também a importância dos autônomos para o setor de turismo (17,70%), ao passo que, se considerarmos a economia como um todo, os trabalhadores por conta própria somam apenas 4,36%.³¹

As pesquisadoras concluíram que o turismo é importante na distribuição de renda da Nação, baseados no fato de que o consumo do turismo é feito em maior escala pelas classes mais abastadas, ao passo que a remuneração se distribui de forma

²⁹ TAKASAGO e MOLLO, 2006.

³⁰ ARBACHE *et al*, 2004: 10 e TAKASAGO e MOLLO, 2006.

³¹ ARBACHE *et al*, 2004: 10 e TAKASAGO e MOLLO, 2006.

decrecente dos mais pobres para os mais ricos, fatores que podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 2
Distribuição da Remuneração no Brasil

Distribuição da Remuneração	Brasil	Turismo	%
Miseráveis	51.956.861,72	3.573.097,50	6,88
Renda Baixa	143.049.205,41	8.695.476,57	6,08
Renda Média	103.647.166,26	5.316.134,27	5,13
Renda Alta	183.797.060,69	7.483.318,10	4,07

Fonte: TAKASAGO e MOLLO, 2006.

Tabela 3
Distribuição do Consumo no Brasil

Distribuição do Consumo	Brasil	Turismo	%
Miseráveis	61.201.651,92	2.524.878,58	4,13
Renda Baixa	154.783.704,47	4.222.218,08	2,73
Renda Média	154.857.508,38	6.504.083,04	4,20
Renda Alta	354.023.492,68	32.625.790,88	9,22

Fonte: TAKASAGO e MOLLO, 2006.

No estudo, as pesquisadoras dividiram as famílias de acordo com a renda média *per capita*, tendo definido como miserável aquela família, cuja renda mensal *per capita* não ultrapassava cem reais em 2002, ano dos dados utilizados. A renda baixa foi definida como aquela que está entre R\$ 101 e R\$ 300,00, ao passo que a renda média estaria entre R\$ 301 e R\$ 600,00 e a renda alta seria superior a este último valor.³²

A divisão dos trabalhadores foi feita considerando como não-qualificados aqueles cuja escolaridade não atinge sete anos (ensino básico incompleto), como semiquilificados os que têm escolaridade entre oito e dez anos (ensino fundamental completo e/ou ensino médio incompleto) e como qualificados aqueles cuja

³² ARBACHE *et al.*, 2004: 5 e TAKASAGO e MOLLO, 2006.

escolaridade atinge ou ultrapassa os onze anos (no mínimo com ensino médio completo).³³

Farias *et al*, ao estudarem a função de produção do turismo brasileiro, também destacaram que o turismo é uma atividade intensiva em recursos humanos, já que 88% de sua produção corresponderiam a recursos humanos, restando 12% para o capital.³⁴ A partir da afirmação do autor, somada à existência de muitos autônomos no setor (TAKASAGO e MOLLO, 2006), se pode concluir que não é necessário possuir muito dinheiro para se inserir no mercado de trabalho de turismo, o que favoreceria o emprego de pessoas pobres.

Em outro trabalho produzido por pesquisadores do Cet-UNB, construiu-se o PIB do turismo dos mais de 5000 municípios brasileiros.

A partir daí, os pesquisadores notaram uma grande concentração da atividade turística no Brasil. Constatou-se que o PIB do turismo se concentra nas regiões com maior fluxo de visitantes, especialmente regiões Sul e Sudeste, além do litoral nordestino.³⁵ Identificou-se, também, que “[...] 10% dos municípios com maiores PIB turísticos representam, no total, mais de 96% de todo o PIB do turismo brasileiro, e que 1% dos municípios concentra mais de 77% do total do PIB turístico brasileiro”.³⁶

³³ Idem.

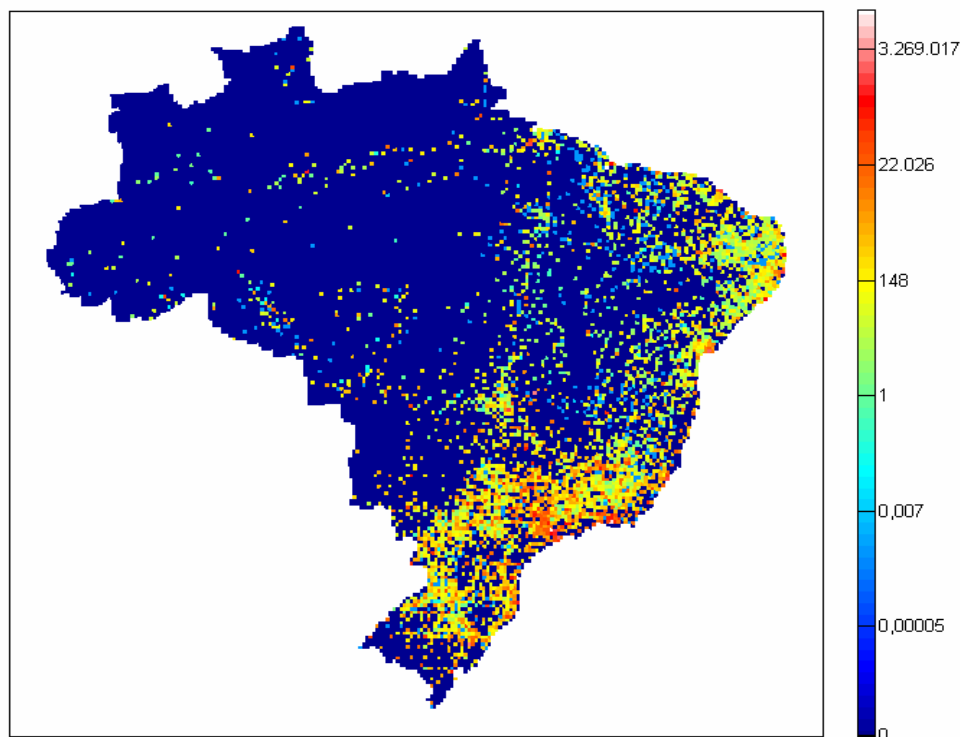
³⁴ FARIAS *et al*, 11.

³⁵ CET: 3.

³⁶ Idem: 4

Figura 1

Distribuição do PIB do Turismo no Brasil



Fonte: CET, 4.

Foi percebido, entretanto, que a importância do turismo para a economia dos municípios pequenos é maior que sua importância para municípios mais populosos, já que estes, geralmente, possuem outras fontes de renda mais significativas.³⁷

Notou-se, também, que municípios com nível de escolaridade mais elevado se dedicam menos ao turismo, fator explicado pela predominância da mão-de-obra pouco qualificada e pela informalidade encontrada na atividade turística. Assim, municípios com maior nível de escolaridade, freqüentemente, optam pelo desenvolvimento de outras atividades econômicas.³⁸

CASIMIRO FILHO E GUILHOTO (2002) também estudaram o tema, a partir de um modelo de insumo-produto para a economia turística brasileira, produzido por eles mesmos para o ano de 1999. Os autores afirmam que, considerado o ano de 1999,

³⁷ Idem: 7.

³⁸ Idem: 13

o complexo restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação foi o que mais contribuiu com o valor adicionado do segmento turístico e com a geração de empregos pelo setor. Para eles, o turismo ocupava 12% da força de trabalho no Brasil em 1999. Entretanto, os pesquisadores ressaltam que os resultados encontrados referem-se a uma realidade brasileira, já que se considerarmos as realidades das diversas macrorregiões do País, os resultados serão outros.³⁹

Arbache e Soares foram responsáveis pelo estudo “The Labor Market in Brazilian Tourism Industry” de 2003. Eles atestaram que o setor de turismo possui uma grande capacidade de criar e extinguir empregos e que é bastante sensível aos ciclos econômicos. A demanda por turismo tende a variar de acordo com a performance da economia e com a renda das famílias. Para os autores, a atividade pode contribuir ativamente para a geração de empregos e aumento da renda *per capita* no Brasil, sendo, por isso, decisivo seu papel em regiões mais pobres.⁴⁰

Ficou claro, pelos trabalhos analisados neste subcapítulo, a importância do turismo para a economia brasileira. Trata-se de um setor intensivo em trabalho e que depende pouco de capital, o que indica sua capacidade de gerar empregos. Possui grande importância para municípios menores. Todos estes fatores, somados, começam a indicar a capacidade do turismo como redutor de pobreza. Entretanto, veremos no próximo item que o turismo traz benefícios, mas pode trazer também ônus. Também se optou por trabalhar no próximo subcapítulo a relação existente entre pobreza e turismo com mais detalhes.

³⁹ CASIMIRO FILHO & GUILHOTO, 2002: 1 e 13.

⁴⁰ ARBACHE & SOARES, 2003: 25.

3.2 Pobreza e Turismo: impactos econômicos positivos e negativos do turismo

Por entender que o turismo tem grandes possibilidades de auxiliar na redução da pobreza e na proteção do meio ambiente, a Organização Mundial do Turismo – OMT, entidade do Sistema ONU, vem, desde 1999, estimulando governos de diversos países a aproveitar o potencial do turismo.⁴¹ Isso porque, como mencionado no primeiro capítulo, um dos objetivos de desenvolvimento do milênio é a erradicação da extrema pobreza e miséria.

Neste sentido, a mesma OMT identificou, em 2004, a partir de estudos de caso em diversos países em desenvolvimento, sete maneiras distintas de se combater a pobreza por meio do turismo.⁴²

O turismo é uma atividade que possui importante participação no PIB de vários países com elevado grau de pobreza. Levando em consideração que, no mundo, 12 nações concentram 80% da pobreza mundial e que em 11 delas o turismo já é significativo ou encontra-se em crescimento, nota-se o motivo de o turismo ser, constantemente, apontado para contribuir no alívio à pobreza.⁴³

Mas, apesar de ser freqüentemente indicado como alternativa capaz de melhorar a qualidade de vida das populações, há poucos estudos que trabalham e quantificam as relações entre turismo e pobreza, “there is little economy-wide research evidence to suggest that tourism does alleviate poverty [...]” (BLAKE *et al*, 2006).

Avaliar se o turismo reduziu, ou aumentou, a pobreza em determinada localidade é bastante complexo, devido ao grande número de variáveis envolvidas. São

⁴¹ BRASIL, 2005: 5

⁴² Idem: 24. Para mais detalhes acesse www.world.tourism.org/espanol.

⁴³ ASHLEY *et al* 2000:1

necessárias diferentes técnicas para a obtenção de informações quantitativas e qualitativas capazes de responder a questões sobre cada variável.⁴⁴

Visando contribuir neste sentido, BLAKE *et al* (2006) estudaram os impactos econômicos do turismo e simularam os efeitos de distribuição de uma possível expansão da atividade no Brasil. Em sua pesquisa, utilizaram quatro canais que acreditam existir entre os gastos com o turismo e a pobreza - preços, salários, governo e risco – por meio dos quais quantificaram os impactos do turismo no alívio da pobreza. Esses canais consideram que gastos com turismo levam a mudanças nos preços de insumos adquiridos por famílias pobres; nos salários de empregados e autônomos e nos retornos de capital; na arrecadação do governo, podendo modificar seus gastos, empréstimos ou taxas; na vulnerabilidade das famílias pobres a mudanças de mercado.⁴⁵

Além do modelo de canais pelos quais o turismo afetaria a distribuição de renda entre famílias ricas e pobres, BLAKE *et al* (2006: 23) desenvolveram, ainda, um outro modelo contendo os salários de diferentes categorias de trabalhadores do turismo e os diferentes níveis de renda das famílias.

Notando que a atividade turística é importante para o PIB de vários países em desenvolvimento, os autores levantam uma questão interessante: “[...] If tourism receipts by such countries are so significant, why wouldn't they be alleviating poverty? The answer is that for some countries they may be assisting poor households but for others, they may be providing disproportionate gains for the rich [...]”. (BLAKE *et al* 2006: 2)

Para eles, parte dos gastos dos visitantes nas localidades não tem qualquer impacto sobre a pobreza, na medida em que envolvem produtos, empresas ou serviços importados. Estima-se, inclusive, que de 55% a 75% dos gastos com o turismo em

⁴⁴ BRASIL, 2005: 20.

⁴⁵ BLAKE *et al.*, 2006: 6.

países em desenvolvimento retornam para países desenvolvidos.⁴⁶ São os chamados *leakages* ou vazamentos.

Ao analisarem a distribuição de renda do turismo brasileiro, BLAKE *et al* (2006: 13 e 18) descobriram que a renda das famílias pobres tende a derivar mais da atividade turística que a renda das famílias ricas:

[...] the remuneration of households through the tourism sector is increasingly concentrated, in relative terms, towards the lowest and low income households which together receive R\$14.5 billion, almost half of all household earnings from tourism (R\$30 billion).

Além disso, o consumo do turismo no Brasil estaria concentrado nas famílias mais abastadas. Somando isso ao fato de que o setor é intensivo em trabalho e depende pouco de capital, os autores acreditam que há evidências para dizer que há possibilidade do turismo atuar na diminuição das desigualdades no País e, conseqüentemente, no alívio à pobreza. Para eles a própria natureza do setor turístico implica em distribuição de renda.⁴⁷

A partir de simulações, os autores descobriram que uma variação na demanda por turismo leva a uma variedade de impactos na economia brasileira. Chegaram, também, a resultados que demonstram a existência de um multiplicador de 0,45 quando computados todos os efeitos, negativos e positivos, de uma expansão do turismo. Esse seria o ganho de bem estar para cada Real adicional gasto na atividade no País. Logo, de cada cem reais gastos por turistas no Brasil, o País se beneficiaria de quarenta e cinco.⁴⁸ Se considerarmos a contribuição de MCCULLOCH *et al* que diz que de 55% a 75% dos gastos com o turismo em países em desenvolvimento retornam para países desenvolvidos, podemos concluir que o País tem um bom retorno do turismo.

BLAKE *et al* (2006: 23) também concluíram que os principais beneficiários dos canais de salários e preços do turismo são as famílias de renda baixa e não as de

⁴⁶ MCCULLOCH *et al.* (2001:248) citado por BLAKE *et al* (2006: 2)

⁴⁷ BLAKE *et al* 2006: 13 e 18

⁴⁸ *Idem*: 23.

renda muito baixa. Por, praticamente, não fazerem parte da atividade turística, estas famílias se beneficiariam menos de uma expansão no fluxo de visitantes para o Brasil. Entretanto, caso sejam implementadas políticas que beneficiem as pessoas de renda muito baixa, é possível acentuar seus benefícios com a atividade.

O estudo mostrou que “tourism benefits the lowest income sections of Brazilian population and has the potential to reduce income inequality”. BLAKE *et al* (2006: 23) consideram que foi importante, também, para mostrar “that care needs to be taken when generalising poverty alleviation results”. Destarte, recomendam que o modelo utilizado seja testado também em outros países.

Outro estudioso que relacionou turismo e pobreza no Brasil foi Marcelo Néri, responsável por analisar o impacto do turismo na pobreza nas regiões do Prodetur/NE, um programa de desenvolvimento do turismo do governo federal. Ele comparou a evolução de indicadores de um município integrante deste programa, Porto Seguro, na Bahia, com outros municípios, da mesma região, não beneficiados pela política.

Analisando o período entre 1991 e 2000, foi feita uma comparação com o município alagoano de Maragogi e se descobriu que, em Porto Seguro, ocupação e renda cresceram mais. Também a renda familiar teve um incremento considerável em Porto Seguro. A taxa de miseráveis, considerando a linha de um dólar por pessoa por dia, corrigido pela paridade do poder de compra, também teve menor elevação em Porto Seguro que em Maragogi. Houve um crescimento de 49% na arrecadação fiscal municipal de 1991 para 2000. Mas ocorreram também impactos negativos, como a piora do sistema de coleta de lixo e do sistema de eletricidade em Porto Seguro.⁴⁹ Pelo que se vê, a pesquisa de Neri também corrobora o trabalho de Arbache *et al* que afirma que o turismo pode auxiliar na distribuição de renda e no combate à pobreza.

⁴⁹ Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/mintur/parser/imprensa/noticias/item.cfm?id=29EE07CA-E578-53D3-47E34B2AA0174C96>. Acesso em 1/9/2006, 13h55.

É possível notar, nas pesquisas apresentadas, que o turismo levou benefícios para as localidades onde foi desenvolvido, mas não só benefícios. São os denominados impactos do turismo. Esses impactos são consequência da interação entre visitantes, visitados e meios receptores. Alguns são capazes, até mesmo, de modificar profundamente a estrutura de uma comunidade.

Neste trabalho, entende-se por impacto a “impressão ou efeito muito fortes deixados por certa ação ou acontecimento”.⁵⁰ Eles podem ocorrer nos campos econômico, social, cultural, ambiental, político. Avaliar o conjunto desses impactos, verificando se a relação custo-benefício do turismo para uma comunidade é positiva é fundamental.⁵¹

Outrossim, ASHLEY *et al* (2000: 4 e 6) defendem a participação das comunidades locais na discussão das políticas e no planejamento do turismo, a fim de garantir que os benefícios, para as comunidades, suplantem os malefícios do turismo. Afirmam, ainda, que os benefícios que os pobres auferem com o turismo dependem de vários fatores como o tipo de turismo desenvolvido, o mercado, o acesso da população ao crédito, a qualificação, muitos deles diretamente influenciados pela política local.⁵²

Abaixo são relacionados alguns dos impactos, sejam eles positivos ou negativos, que o turismo pode ocasionar no campo econômico. Afinal, como afirma ENNEW (2004: 313), “In practice, the dominant motive for the development of tourism is economic (improvements in employment, incomes and exports) [...]”. Tais impactos provêm de investimentos iniciais realizados para o desenvolvimento da atividade e dos gastos regulares de turistas em uma localidade. Vale lembrar que, apesar de não serem objeto de estudo deste trabalho, os demais impactos, sejam ambientais, culturais, sociais ou políticos não devem ser esquecidos.

⁵⁰ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa

⁵¹ CASTRO *et al*, 2003: 11.

⁵² ASHLEY *et al* 2000:1

3.2.1 Impactos Econômicos Positivos

Este trabalho já tratou da importância econômica do turismo no mundo atual. Já abordou também alguns bônus provindos da atividade, como a geração de empregos e divisas, a distribuição de renda, dentre outros. Mas as vantagens que o turismo leva para uma localidade serão descritas com maiores detalhes nesta seção.

A começar pela geração de emprego e renda, ENNEW (2004: 317 e 318) informa que os impactos do consumo turístico costumam ser considerados sob três óticas: efeitos diretos, efeitos indiretos e efeitos induzidos.

Os efeitos diretos se resumem às despesas dos turistas que, ao viajarem, geram renda para as empresas – com a venda de serviços e produtos - empregos e salários para as famílias, além de rendimentos para o governo – com o pagamento de taxas e impostos. Parte da renda que empresas, famílias e governo receberam diretamente dos turistas é gasta na aquisição de produtos e serviços para os próprios turistas. Estes seriam os efeitos indiretos da atividade. Outra parte da renda é gasta pelas empresas, famílias e governo em seu próprio consumo, com suas próprias despesas, não relacionadas ao consumo do turista. São os chamados efeitos induzidos.

Assim, o efeito do gasto inicial feito pelo turista é multiplicado na economia, afetando outros setores, resultando em renda e gastos de diversos grupos, não ligados diretamente ao turismo. Trata-se do efeito multiplicador do turismo. O verdadeiro impacto do turismo não é, então, o gasto inicial do turista, mas o impacto que aquele gasto tem na economia.⁵³

⁵³ ENNEW (2004: 318)

Já para ASHLEY *et al* (2000: 6), o turismo pode gerar divisas para a economia local de quatro maneiras distintas:

Wages from formal employment;
Earnings from selling goods, services, or casual labour (e.g. food, crafts, building materials, guide services);
Dividends and profits arising from locally-owned enterprises;
Collective income: this may include profits from a community-run enterprise, dividends from a private sector partnership and land rental paid by an investor.

Apenas para reforçar, ARBACHE *et al* (2004:10), em trabalho já comentado, encontrou dados que indicam a potencialidade de geração de empregos e distribuição de renda pelo turismo no Brasil.⁵⁴ O autor afirmou, ainda, que a atividade apresenta retornos crescentes de escala em seu investimento.

Beatriz Lage (1999) *apud* NOGUEIRA (2006), assim como outros autores descritos no item anterior, também acredita ser o turismo um segmento capaz de responder aos investimentos com maior rapidez que outros setores econômicos. Outrossim, geraria melhorias sociais com mais brevidade que outros setores. Isso pode ser confirmado quando se verifica que o turismo participa de 2,8% do PIB brasileiro e é responsável por 4,2% dos impostos indiretos, apesar de receber apenas 0,17% dos investimentos privados do País. (dados de 2002, TAKASAGO e MOLLO, 2006).

ENNEW (2004: 318) também lembra que o turismo pode estimular o crescimento econômico e ser significativa para países ou localidades com poucas fontes de recursos naturais. Pode, ainda, proporcionar uma importante diversificação para a economia local, na medida em que reduz a dependência das localidades em relação aos recursos primários como ganhos de exportação. Quando ocorre essa dependência, a localidade fica sujeita à volatilidade dos preços dos recursos primários.

A atividade pode contribuir também para o desenvolvimento regional e, assim, apoiar a redução das desigualdades existentes nas localidades. É útil, ainda, na medida em

⁵⁴ BLAKE *et al*, 2006, como se viu, também contribuíram neste sentido.

que pode encorajar o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenas empresas, especialmente de grupos com dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho formal. É sabido que, pelo menos no Brasil, a geração de empregos depende, em grande parte, de pequenas empresas. O trabalho de TAKASAGO e MOLLO (2006) já demonstrou que o setor no Brasil é intensivo em trabalho e exige pouco capital, o que facilita, ainda mais, a formação de micro-empresas.

Se considerarmos o argumento de ARBACHE (2003: 8), exposto no primeiro capítulo, de que a educação explicaria 48% da desigualdade de salários e 26% da desigualdade de renda brasileira, e que a taxa de retorno por ano adicional de educação chegaria a 16%, o turismo também é bem-vindo na medida em que exige o estudo e a capacitação dos autóctones. Isso pode ser considerado, ainda que indiretamente, um impacto econômico da atividade.

Outro impacto é o desenvolvimento de infra-estrutura que o turismo provoca nas localidades e que acaba por facilitar o desenvolvimento econômico: rodovias, telefonia, tratamento de água e esgoto, coleta e reciclagem de lixo.

Mas não só de bônus é feita a atividade turística, como apresenta o próximo item, que tratará dos impactos econômicos negativos da atividade.

3.2.2 Impactos Econômicos Negativos

Sendo o turismo uma atividade que cresceu muito nas últimas décadas, muitos governos passaram a considerar tal atividade como salvação de suas economias e começaram a estimular o seu desenvolvimento em suas localidades.⁵⁵ E tudo isso sem procurar entender se a região possui potencial, se há demanda para o turismo local, se é viável desenvolver a atividade daquela maneira, se essa é a melhor alternativa para a região.

⁵⁵ CASTRO *et al*, 2003.

Na opinião de CAMARGO (2000, p. 50), “o turismo, antes tão desprezado, parece ser hoje a panacéia universal, o único remédio para municípios sem vocação industrial”.

Muitas regiões afastadas vêem o turismo como a forma de se desenvolverem economicamente, de gerarem emprego e renda, não importando, ao menos inicialmente, os transtornos causados por uma ocupação desordenada. O atrativo do dinheiro faz com que os visitantes sejam suportados pelas populações receptoras.⁵⁶

E essa ocupação desordenada acarreta uma série de impactos negativos para a localidade. Aqui serão destacados os impactos econômicos negativos que podem decorrer do desenvolvimento do turismo.

Em primeiro lugar, se os recursos estão sendo utilizados pelo turismo, eles não estarão disponíveis para outros setores econômicos. Por exemplo, se determinada quantia é empregada no turismo, ela não ficará disponível para investimentos em outros setores, assim como se um trabalhador está empregado no turismo, dificilmente terá outra ocupação. Isso pode acarretar a diminuição de outros setores econômicos – considerando, também, que os investimentos do governo em outros setores seria substancialmente diminuído - e o mau aproveitamento dos trabalhadores. Um dos fatores negativos do turismo é a criação de empregos sazonais e\ou de meio-período. E é bom lembrar que se existe emprego sazonal, também existe desemprego sazonal.⁵⁷

Um outro impacto é que se o turismo de uma localidade se basear, fortemente, em insumos e serviços exógenos, a produção local existente pode ser inibida ou mesmo excluída. Isso é ainda mais forte se a população local, seguindo o exemplo dos visitantes, passar a preferir os insumos e serviços importados aos produzidos no local.⁵⁸

⁵⁶ BORGES, 2004.

⁵⁷ ENNEW, 2004: 320.

⁵⁸ Idem: 321.

Uma outra questão problemática que ocorre neste caso é a grande quantidade de vazamentos ou *leakages*, que fará com que os benefícios econômicos, principalmente em termos de renda, trazidos pelo turismo para a localidade sejam escoados para outras regiões ou países. Isso faz com que apenas uma pequena parte dos gastos dos visitantes fique na economia local e reduz, também, a parcela da população local empregada no turismo.⁵⁹

Alem disso, provocam uma discussão entre os autores sobre as possibilidades do turismo como gerador e distribuidor de riquezas e empregos para as populações, como se percebe abaixo.

Na opinião de LAGE (1999) *apud* NOGUEIRA (2006) o “turismo é um meio de redistribuição de riqueza”. Essa afirmativa é justificada na medida em que, a maior parte dos turistas vêm de segmentos sócio-econômicos privilegiados. Assim, ao despenderem dinheiro em locais mais pobres, ocorreria uma transferência de recursos e, conseqüentemente, a renda seria redistribuída.⁶⁰

Logo, um turista que deixa São Paulo, grande centro econômico do país, para visitar um município do interior acreano, por exemplo, transferiria, em princípio, riquezas de um local mais rico para um local mais carente.

Entretanto, alguns autores contestam o argumento da autora, dizendo que no turismo, boa parte do dinheiro que vem das áreas mais desenvolvidas, geralmente retorna para esses locais por meio desses vazamentos. Na opinião deles, a maior parte dos recursos gerados pela atividade turística acabaria saindo da região visitada, deixando a economia local.

Ou seja, a maior parte do dinheiro que o turista paulista deixou no interior acreano não ficaria por lá: retornaria para São Paulo – ou outros centros urbanos – na forma

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Essa opinião é compartilhada por autores de outros estudos, como visto anteriormente.

de pagamento de produtos ou serviços adquiridos ou mesmo de investimentos. Isso, considerando-se que a maior parte dos investidores do turismo no interior acreano vêm de São Paulo, ou mesmo de outros centros.

Entretanto, o estudo de BLAKE *et al* (2006: 23), destacado na seção anterior, aponta um retorno, razoável, para o País de 45% em relação ao investido no turismo - os vazamentos representariam 55% - e, de certa forma, apresenta indícios de que a atividade pode sim contribuir na geração de rendas e empregos.

Voltando aos impactos negativos, também os rendimentos trazidos pelo turismo podem sofrer com a sazonalidade ou com a demanda variável. Quando as populações dependem exclusivamente do turismo, estes efeitos podem ser ainda piores. A monocultura turística torna a economia local vulnerável às oscilações econômicas. E por se tratar de uma atividade que tende a acompanhar os altos e baixos da economia, uma localidade que depende exclusivamente do turismo torna-se vulnerável às decisões dos consumidores e investidores.⁶¹ Se a demanda for drasticamente reduzida, ocasionará falta de recursos financeiros e impossibilidade de utilização dos recursos naturais para outros fins. Se for muito elevada, acarretará problemas de infra-estrutura: falta de água, energia, comida, transporte. ⁶²

Com essa chegada não planejada de visitantes, os preços de insumos básicos na localidade turística tendem a se elevar, já que a demanda por estes insumos também aumenta. Conseqüentemente a circulação de moeda se eleva e a inflação aparece.

Para atender à demanda repentina, muitas vezes ocorre uma migração para a localidade de pessoas ávidas por ofertar seus serviços aos visitantes. Isso reduz as oportunidades da população local que, no geral, possui níveis de escolaridade inferiores aos dos imigrantes.

⁶¹ GOODWIN, 1998: 4.

⁶² ENNEW, 2004: 321.

Vimos acima que isso também tem um lado positivo, que é a capacitação e o aumento da escolaridade da comunidade local que, assim conseguiriam, a médio e longo prazos, se inserir no mercado de trabalho.

A venda de imóveis é outro fator que pode aumentar com a chegada dos turistas, gerando especulação imobiliária. Em muitos casos, a população local, por não suportar as pressões do mercado imobiliário, acaba por vender o solo a preços baixos. E assim, vai liquidando seus recursos e as regiões turísticas vão perdendo sua própria independência. O turismo vai se autodestraindo, uma vez que, perdendo sua identidade, a comunidade e a localidade podem acabar perdendo seu valor turístico.⁶³

Como se observa, a maior parte dos impactos negativos aqui apresentados ocorrem em decorrência de uma ocupação desordenada e pelo desenvolvimento não-planejado do turismo. Políticas públicas, como veremos no próximo capítulo, podem atuar no sentido de ordenar a ocupação e minimizar estes ônus. Na opinião de ASHLEY *et al* (2000: 4), diferentes formas de turismo trazem diferentes benefícios. O que se deve buscar são formas de minimizar os impactos negativos e de se ampliar os positivos.

De acordo com GOODWIN (1998: 5), “Tourism needs to be developed in ways which create new employment and business opportunities for local people and which complement their main livelihood strategies [...]”. Ele acredita que é preciso fornecer crédito, qualificar e assegurar o acesso da população local aos empregos gerados com a atividade.

Defende, ainda, que igualdade e distribuição dos benefícios são assuntos fundamentais para o alívio da pobreza pelo turismo. Para ele,

⁶³ BORGES, 2004.

Local development requires that the benefits of tourism be distributed beyond the local or national elites and those who find employment in their hotels and agencies. Local ownership is important, but so is the distribution of that ownership. (GOODWIN 1998: 6)

Apesar dos discursos, ASHLEY *et al* (2000:1) garantem que “Tourism development has not, to date, incorporated poverty elimination objectives. It remains driven by economic, environmental and/or cultural perspectives at national and international levels.” Eles garantem que as políticas de turismo não têm levado em conta as necessidades e oportunidades para os pobres, priorizando outras ações.

Vale, antes de entrar no próximo capítulo, que estudará, exatamente, as políticas de pobreza e turismo, tirar conclusões sobre algumas das relações existentes entre o turismo e a pobreza, objetos do presente capítulo. São apontadas quatro fortes evidências, retiradas das abordagens apresentadas neste trabalho até o presente momento, a partir das quais é possível afirmar que o turismo tem grandes possibilidades de contribuir para o alívio da pobreza.

1ª evidência - No primeiro capítulo, SALAMA e DESTREMAU (1999: 18) destacaram que a pobreza se impõe com a urbanização acelerada e a dificuldade de criar novos empregos. No presente capítulo, TAKASAGO e MOLLO (2006) e ARBACHE *et al* (2004) informaram que a atividade turística é intensiva em trabalho e tem pouco capital, o que indica a capacidade de geração de empregos a partir de investimentos realizados. Foi visto também que a ocupação da força de trabalho brasileira pelo turismo foi de 12% em 1999 (CASIMIRO FILHO e GUILHOTO, 2002). Ora, se o turismo contribui para a criação de novos empregos e, esta, contribui para reduzir a pobreza, há indícios de que o turismo contribui para reduzir a pobreza. Isso sem falar que trabalhadores do turismo recebem parcela maior da renda do setor que os demais trabalhadores da economia, como disseram TAKASAGO e MOLLO (2006).

2ª evidência - Néri destacou o grande potencial do Brasil para aliviar a pobreza, na medida em que há elevados PIB e grau de desigualdade na distribuição de renda. Se pobreza não é determinada necessariamente pela desigualdade, mas se

reproduz graças a ela, como vimos, reduzindo a desigualdade pode-se reduzir a pobreza, pelo menos no caso brasileiro. Nos estudos de ARBACHE *et al* (2004), BLAKE *et al* (2006) e do próprio Marcelo Néri, vimos que há indícios de que o turismo favorece a distribuição de renda. Vimos também que a renda dos pobres tende a derivar mais do turismo que a das famílias ricas e que o consumo do turismo se concentra nas famílias mais abastadas. E que, no turismo, os trabalhadores, de qualquer nível de escolaridade, recebem uma parcela maior da renda do setor que os trabalhadores dos demais setores econômicos. Não é demais concluir, a partir dos estudos citados, que o turismo tem grande potencial para diminuir a desigualdade de renda e aliviar a pobreza.

3ª evidência – Educação explica 48% da desigualdade de salários e 26% da desigualdade de renda, sendo a taxa de retorno por ano adicional de educação de 16% (ARBACHE, 2003). Municípios com nível de escolaridade menos elevado se dedicam mais ao turismo. (Cet-UNB). Partindo do princípio que as pessoas pobres possuem menos escolaridade, elas têm grandes possibilidades de se inserir no mercado de trabalho do turismo. Ainda mais se considerarmos que não é necessário possuir muito dinheiro para se inserir em tal mercado - o turismo é uma atividade intensiva em recursos humanos, principalmente trabalhadores autônomos, que exige pouco capital, o que favoreceria o emprego de pessoas pobres e a formação de micro-empresas.

4ª evidência – A quarta evidência é que a atividade turística ainda pode crescer bastante no País e, assim, contribuir mais para a redução da pobreza. De acordo com Beatriz Lage (citada por NOGUEIRA), o turismo responde aos investimentos com maior rapidez que outros setores, sendo capaz de gerar melhorias sociais mais rapidamente. ARBACHE *et al* (2004) destacaram que o turismo apresenta retornos crescentes de escala em seu investimento e que tem grande potencialidade de crescimento. Vimos, ainda que a atividade já participa com 2,8% do PIB do País tendo apenas 0,17% dos investimentos privados. Aumentando estes investimentos, certamente a atividade aumenta e a contribuição para a redução da pobreza também. Sem contar que o turismo é uma das dez prioridades do governo.

4 POLÍTICAS DE TURISMO E DE ALÍVIO À POBREZA

4.1 Políticas de Turismo e de Alívio à Pobreza

A necessidade de políticas públicas se deve ao fato de que os mercados às vezes, podem não funcionar com perfeição. A causa disso, de acordo com NOGUEIRA (2006), é que em um mercado o preço desempenha duas funções: fornece informações e incentivos. Por meio dos preços, o mercado organiza sua produção e distribui bens e serviços. Entretanto, mercados podem falhar se os preços forem incapazes de comunicar os desejos e as restrições dos indivíduos de uma sociedade. Decisões baseadas nesses preços gerariam resultados ineficientes, o que produziria, por sua vez, dessintonia entre os desejos individuais e os desejos coletivos desta sociedade. As falhas ocorrem, também, sempre que os preços subestimam os serviços obtidos a partir de um capital ou patrimônio.⁶⁴

Muitos autores defendem que, ao ocorrer falhas de mercado, são necessárias intervenções públicas.

A estagnação em que os segmentos sociais carentes se encontram, em razão de um círculo vicioso no qual a pobreza gera mais pobreza, requer intervenções do Estado, pela implantação de políticas que rompam aquele círculo, constituindo portas de saída daquela condição. Estudos internacionais têm demonstrado que o crescimento econômico, por si mesmo, não proporciona essa ruptura. Ao contrário, geralmente o crescimento econômico aumenta a concentração da renda nacional, alargando o fosso da desigualdade, quando não ocasiona um processo de mais empobrecimento dos segmentos desfavorecidos da sociedade. (KAKWANI, 2005 apud BRASIL, 2005: 15).

Como se vê, a tendência dos mercados é a alocação de recursos injustamente e a ampliação das desigualdades de renda, o que já justifica a adoção de políticas públicas de alívio à pobreza. Afinal, somente a intervenção do governo seria capaz de reduzir tais desigualdades, alocando recursos com equidade e diminuindo, assim, o “abismo” que existe entre ricos e pobres.⁶⁵

⁶⁴ NOGUEIRA, 2006.

⁶⁵ GHOSH, 2001 apud NOGUEIRA, 2006.

NOGUEIRA (2006), a partir dos ensinamentos de Gosh (2001), afirma que o governo tem um papel importante na busca de um equilíbrio entre as necessidades de equidade e de eficiência, de forma a assegurar a equidade de riqueza e renda entre classes e a estabelecer uma sociedade mais igualitária. Em sua opinião, é função governamental promover o desenvolvimento econômico, por meio do fornecimento de infra-estrutura e organização necessárias.

Assim, a participação do Estado seria necessária para a correção de falhas e distorções do mercado. Ao Estado caberia reconhecer os problemas existentes e implementar políticas apropriadas no combate a eles.

No primeiro capítulo, NÉRI (2005: 37 a 39) ensinou que a causa fundamental da pobreza brasileira é a má distribuição de renda e nessa distribuição de renda encontra-se sua solução. Estudioso do tema, o autor destaca que “[...] a desigualdade brasileira está entre as três maiores do mundo há cerca de quatro décadas”. Para ele, a alta desigualdade brasileira permite que o combate à pobreza seja feito por meio de transferências de renda. Logo, no caso brasileiro, a redução das desigualdades de renda provocaria uma redução da pobreza.

MEDEIROS (2005: 100 e 101) ratifica isso, ao afirmar que para reduzir a desigualdade e, conseqüentemente, a pobreza, é preciso adotar políticas redistributivas. E essa é uma função do Estado, uma vez que o mercado, por si só não consegue distribuir renda adequadamente.

Pelos argumentos apresentados, fica clara a necessidade de participação do Estado no combate à pobreza e na implementação de políticas públicas.

O problema da pobreza é antigo e, por isso, muitas ações já foram feitas, ao longo dos anos, no sentido de tentar minimizá-lo. Algumas delas foram ações pontuais, meramente assistencialistas ou paternalistas, que surtiram pouco ou nenhum efeito

no alívio da pobreza.⁶⁶ Na opinião de NÉRI (2005: 3) isso é um contra-senso, na medida em que “Pobres precisam, acima de tudo, de oportunidade e não de caridade. Oportunidades são representadas pela posse de ativos geradores de renda. [...]”.

O autor afirma que as intervenções utilizadas para aliviar a pobreza podem ser divididas em políticas de transferência de rendas compensatórias e políticas de transferência de capital, também chamadas de estruturais. As primeiras podem ser segmentadas em distribuição de cestas básicas, renda mínima universal e bolsas condicionais. Como exemplo, são citados programas como o de imposto de renda negativo, o Fome Zero, o seguro-desemprego, o Bolsa Família, a previdência social.⁶⁷

Já as políticas estruturais estão baseadas em medidas que aumentem os ativos efetivos das populações pobres, dando-lhes capacidade de gerar renda permanentemente. Responsáveis pelo aumento da renda *per capita* permanente dos indivíduos por meio da transferência de capital, ela são segmentadas em capital físico, capital humano, capital social, capital natural. São exemplos os programas de apoio a pequenos produtores, a concessão de créditos, a qualificação de mão-de-obra e a resolução de questões estruturais, tais como regularização fundiária, educação, habitação e acesso a serviços como eletricidade, água, esgoto.⁶⁸

As políticas compensatórias seriam indicadas para situações emergenciais e períodos curtos de tempo, na medida em que seriam capazes de corrigir rapidamente situações de má distribuição de renda, fornecendo compensação ao indivíduo menos favorecido. A intervenção governamental auxiliaria, assim, na redistribuição de renda. Entretanto, seus efeitos são passageiros, já que quando interrompido o programa a carência retorna.⁶⁹

⁶⁶ BRASIL, 2005: 15.

⁶⁷ NÉRI, 2005: 8 e BRASIL, 2005: 15.

⁶⁸ NÉRI, 2005: 8 e BRASIL, 2005: 15.

⁶⁹ BRASIL, 2005: 16.

No caso das estruturais, trata-se de políticas que combatem a ineficiência na alocação de recurso e trabalham na redistribuição de renda, e promoção da equidade e do desenvolvimento. Elas possuem a desvantagem da lentidão - já que os efeitos de programas educacionais, por exemplo, só aparecem anos mais tarde, mas seus efeitos são mais duradouros. ⁷⁰

O ideal mesmo, pelo que se estudou, é a utilização das duas formas de intervenção, “[...] aplicando as compensatórias para impedir a desestruturação produtiva e a esgarçada do tecido social; e as políticas estruturais que permitam a retirada gradual daquelas, à medida que seus efeitos se forem efetivando”. (BRASIL, 2005:16).

A fim de conhecer e avaliar as políticas públicas de combate à pobreza aplicadas no Brasil e no mundo, foi necessário fazer um breve histórico, a partir de estudos variados.

Em termos de políticas mundiais, relatórios do Banco Mundial - BIRD deixam transparecer a forma como a pobreza foi tratada e combatida década após década pelas instituições mundiais, desde 1950. Resumidamente, pode-se dizer que em 50 e 60, acreditava-se que o desenvolvimento de um país ou uma localidade passava por grandes investimentos em capital físico e infra-estrutura, fator que mudou um pouco nos anos 70, quando se descobriu que a saúde e a educação possuíam a mesma importância que os dois fatores descritos. Na década de 80, foi dada ênfase à melhoria da gestão econômica e à liberação das forças de mercado, ao passo que na década seguinte o governo, as instituições e as questões de vulnerabilidade ganharam destaque. Já em 2000, no relatório sobre o desenvolvimento mundial, o BIRD propôs três frentes para o combate à pobreza: a promoção de oportunidades, o aumento da segurança das pessoas pobres e a autonomia. ⁷¹

⁷⁰ BRASIL, 2005: 16.

⁷¹ Banco Mundial *apud* SPRANDEL, 2001: 142.

No caso do Brasil, vários autores trabalharam as causas da pobreza e as medidas utilizadas para o seu combate.

Jorge Arbache relatou um breve histórico das intervenções das políticas de combate à fome no País. Em seu estudo, ele assevera que, pelo menos, desde o Brasil colonial, falta de comida e fome são problemas constantes no País. Nesta época, explica o autor, a ordem era a produção para exportação, não recebendo, o mercado interno, a atenção devida. As autoridades tentaram, então, sem sucesso, resolver a situação, obrigando os produtores rurais a dedicar parte de suas terras ao plantio de alimentos como cana-de-açúcar e mandioca. (ARBACHE, 2003: 3).

Na primeira metade do século XX, a urbanização combinada com períodos de seca no Nordeste, tornaram a escassez de alimentos ainda pior. As ações do governo nesta época foram emergenciais, com a importação e distribuição de alimentos. Anos mais tarde, em 1972, o governo brasileiro chegou a lançar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – Pronan, o qual nunca foi devidamente efetivado.⁷²

A partir daí, vários programas de combate à fome foram implementados, mas o único com relativo sucesso em âmbito nacional, de acordo com o autor, foi o de merenda escolar, que fornece suplementação alimentar nas escolas. (ARBACHE, 2003: 3). O mais recente programa de combate à fome lançado pelo Governo Federal é o Programa Fome Zero, que partiu do diagnóstico de inexistência de uma política integrada de combate à fome no Brasil.

ARBACHE (2003: 4) também trabalhou algumas ações feitas do governo no sentido de reduzir a pobreza. Avaliando o período pós-guerra, o autor estabelece que as políticas públicas de então não buscavam a inserção dos pobres nos mercados, pois se acreditava que o próprio crescimento da economia os beneficiaria. Contudo, o crescimento ocorreu com o chamado “milagre econômico”, na década de 1970,

⁷² ARBACHE, 2003: 3

quando o PIB atingiu mais de 10% ao ano de crescimento, mas os indicadores de pobreza não diminuíram. Aliás, pelo contrário, a concentração de renda elevou-se e, posteriormente, a inflação também.

Neste sentido, Arbache alega que o pensamento de que a principal causa da pobreza no Brasil era o baixo crescimento do PIB dominou por muitas décadas nos círculos acadêmicos e governamentais. Hoje se sabe que políticas de redução de pobreza têm mais efeitos se priorizarem a redução das desigualdades do que se forem baseadas somente no crescimento.⁷³

Aliás, na opinião de MEDEIROS (2005), citando Barros e Mendonça (1997), pelo seu alto grau de desigualdade, o Brasil está entre os que menos precisam de crescimento econômico para reduzir a pobreza. Eles afirmam que o motivo de o Brasil permanecer com uma elevada taxa de pobreza é a equivocada estratégia utilizada em seu combate, baseada em um modesto crescimento econômico. O ideal, para eles, seria combinar crescimento com distribuição de renda para se reduzir a pobreza. Sem distribuir renda, políticas de mudanças na quantidade populacional, tais como controle de natalidade, também seriam incapazes de resolver o problema da pobreza.

Estudo da ONU demonstra que isso não ocorre apenas no Brasil e que a desigualdade deve ser combatida na América Latina:

“[...] el principal obstáculo que se interpone al éxito de los esfuerzos por reducir la pobreza en América Latina y el Caribe radica en que el mejor remedio para tratar la pobreza que aflige a la región – la reducción de la desigualdad – parece ser uno que le resulta muy difícil recetar. Una leve disminución de la desigualdad contribuiría mucho a reducir las privaciones extremas que se dan en la región. Sin embargo, al parecer son muy pocas las economías de la región que han sido capaces de lograrlo aun en pequeña medida. La aplicación de políticas que logran redistribuir los recursos a quienes más los necesitan y hacerlo al menor costo posible en cuanto a la deformación de los incentivos que en definitiva conducen al crecimiento económico, ciertamente produciría una gran rentabilidad social. Esta clase de políticas son a la vez factibles y necesarias”.

(NACIONES UNIDAS, 2003: 49).

⁷³ ARBACHE, 2003: 5.

Na opinião de GINDLING (2005: 209), outro autor que tratou das políticas de combate à pobreza na América Latina,

Policies addressing the poverty problem in Latin America need to go beyond promoting economic growth and providing safety nets targeted to the currently poor. These policies should focus not only on aggregate economic growth, temporary income subsidies and the targeted provision of services to the currently poor, but also on improving the income-earning assets of those nearly poor and middle-income families who are likely to be vulnerable to macroeconomic shocks that could push them into poverty.

Embora haja um certo consenso de que a solução para aliviar a pobreza é redistribuir renda, HOFFMANN (2001: 73) diz que as medidas propostas para se conseguir isso, geralmente, encontram resistência. Aumento de impostos, por exemplo, gera protestos na medida em que há uma falta de credibilidade do governo relacionada a problemas com a corrupção. A cobrança de anuidades em universidades públicas também é bem polêmica, assim como outras medidas. Pode-se concluir, então, que essa parece ser uma boa oportunidade para o desenvolvimento do turismo como setor que possibilita a transferência de renda.

Além disso, MEDEIROS (2005: 104 e 105) lembra bem que “[...] redistribuir renda envolve conflitos de interesses, já que, no Brasil e em outros países, riqueza e poder político estão associados [...]”. Isso faz com que os ricos tenham grande influência nas decisões sobre o desenvolvimento do País.

No entender de Arbache, as políticas de transferências de renda pobreza implementadas no País não tem atingido aos mais pobres e necessitados, e um dos principais motivos disso é o desconhecimento do público que se quer atingir: “Uma das potenciais causas da falta de focalização e baixa eficiência das políticas sociais é a falta de identificação dos pobres e das suas necessidades [...]”. (ARBACHE, 2003: 26).

Ele atesta, ainda, que, nas últimas décadas, as políticas de combate à pobreza no Brasil se assentaram em políticas compensatórias e assistencialistas, e não em políticas estruturais. Complementa dizendo que as políticas de alívio à pobreza

devem buscar a redução das desigualdades econômicas regionais, especialmente nas áreas rurais e pequenas cidades.⁷⁴

A partir de seus estudos sobre a pobreza, diversos autores fizeram suas propostas de políticas que consideram importantes para o alívio à pobreza. A maior parte dessas propostas se referem a:

(i) políticas de acesso a ativos, como a educação e qualificação, de tal forma a aumentar a produtividade dos pobres e, conseqüentemente, o desempenho nos mercados; (ii) políticas de acesso aos mercados de crédito e de insumos; (iii) aumento da provisão de bens públicos e regulação dos mercados de tal forma a fortalecer os ativos dos pobres e facilitar o acesso da sua produção nos mercados. (ARBACHE, 2003).

Foram destacadas, ainda, políticas de mudanças na legislação trabalhista e outras, que reduziriam a informalidade e aumentariam os empregos gerados. Informalidade e desemprego estão fortemente ligados à pobreza.

Outras alternativas sugeridas foram o desenvolvimento das atividades solidárias como o associativismo, a formação de organizações comunitárias e não-governamentais.

4.1.1 Políticas de Turismo para o Alívio da Pobreza

Pelo que se percebe, há muito tempo no Brasil, a atividade turística tem operado segundo a lógica dos negócios. Os poucos investidores buscam retornos econômicos de curto prazo, o que, como visto no segundo capítulo, gera diversos aspectos negativos para as comunidades envolvidas no turismo.

Como qualquer outra forma de desenvolvimento econômico, o turismo exige um planejamento consistente para que se consiga atingir os objetivos propostos. Traçar metas é importante para disciplinar, justificar e motivar a ação pública. (NÉRI,2005)

⁷⁴ ARBACHE, 2003: 5, 22.

Na opinião de ZAMOT e BARBOSA (2004),

A opção pelo desenvolvimento e a regulação por meio do turismo é mais complexa do que parece, pois, além de ser uma atividade multisetorial, traz, com o seu desenvolvimento, diversos impactos positivos e negativos, necessitando, assim, de políticas públicas eficazes para que se sustente ao longo do tempo.

GHOSH (2001) *apud* NOGUEIRA (2006) justifica a necessidade da existência de políticas públicas na área do turismo, explicando que é papel do governo controlar a economia, utilizando-se de intervenções sempre que necessário.

Vimos, anteriormente, que a alta desigualdade brasileira permite que o combate à pobreza seja feito por meio de transferências de renda e vimos também, no segundo capítulo, que, pelo menos no Brasil, essa transferência pode ser feita por meio do turismo. Isso porque quem consome o turismo, principalmente, são as classes mais altas e quem é remunerado pela atividade são as mais baixas.⁷⁵ O que possibilita isso é o fato de que o consumo turístico se dá nos próprios locais de produção.

Visando contribuir com o alívio da pobreza por meio do turismo, a OMT, em conjunto com outras entidades internacionais, lançou iniciativa denominada ST-EP – Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza, a partir da qual tem auxiliado diversos países neste sentido.

Em termos de Brasil, recentemente, o Ministério do Turismo, a partir de acordo estabelecido com o Banco Mundial e a OMT estabeleceu o Projeto Turismo Sustentável e o Alívio da Pobreza. A finalidade deste é subsidiar o Ministério no aperfeiçoamento do processo de planejamento, gestão, implantação, monitoramento e avaliação dos impactos das ações dos programas regionais de desenvolvimento do turismo, fazendo com que estas ações possibilitem ou criem condições básicas ao processo de desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis e com benefício às classes menos favorecidas. (BRASIL, 2005: 03).

⁷⁵ TAKASAGO e MOLLO, 2006.

Atualmente, além deste projeto, implementado especificamente para tratar da questão da redução da pobreza pelo turismo, o Ministério do Turismo conta com uma série de outros programas e projetos, criados a partir do proposto pelo Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Este plano, o primeiro da história brasileira, foi elaborado com a participação de representantes de diversos setores da sociedade. Ele traça as diretrizes do turismo para o período.

Destaquem-se alguns dos programas do Ministério do Turismo, que possuem relação com este estudo: Programas de Atração de Investimentos, de Financiamento, de Desenvolvimento Regional, de Estruturação da Produção Associada ao Turismo, de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, de Qualificação Profissional e de Avaliação de Impactos do Turismo.⁷⁶ Cabe dizer que cada um desses programas conta com outros projetos.

O que se nota, pelo estudo realizado, é que o desenvolvimento do turismo ainda é muito incipiente no País, não havendo, portanto, tantas ações do governo brasileiro a serem destacadas neste trabalho.

Vale ressaltar como iniciativas do governo brasileiro a criação da Embratur – hoje Instituto Brasileiro de Turismo - em 1966, responsável até o ano de 2002 pela estruturação do turismo brasileiro ⁷⁷, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo em 1992, transferido, em 1999, para o Ministério de Esporte e Turismo e, finalmente, em 2003, para Ministério do Turismo.

Em relação aos programas, vale chamar atenção para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, responsável por descentralizar a política nacional do turismo por meio do desenvolvimento municipal no período de 1995 a 2002.

⁷⁶ Mais informações sobre estes e outros programas do Ministério podem ser obtidas em www.turismo.gov.br.

⁷⁷ A partir de 2003 o órgão passou a tratar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior, cabendo ao Ministério do Turismo as funções de planejamento, formulação e implementação da política nacional de turismo.

Em 2003, este programa foi substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que ao invés de municípios, passa a valorizar as regiões turísticas por entender que, desta forma, pode-se compartilhar os benefícios da atividade com municípios que, por si só, não teriam força para atrair os visitantes.

78

Cabe destaque também para três programas regionais de desenvolvimento do turismo ainda em funcionamento, que mereceram grandes investimentos do poder público, o Prodetur Nordeste⁷⁹, criado em 1994, o Prodetur Sul, em 2001 e o Proecotur - Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal, neste mesmo ano. O Prodetur visa “[...] a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas de sua atuação, bem como o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas e a capacitação gerencial para estados e municípios”. Já o Proecotur busca “identificar e propor modelos alternativos para o desenvolvimento da Amazônia Legal por meio do turismo sustentável, preservando os recursos naturais e gerando benefícios econômicos e sociais”.⁸⁰

Tendo destacado algumas ações realizadas no âmbito do turismo no país, falta identificar, na literatura, sugestões de políticas públicas de turismo que possam contribuir para a redução da pobreza. Marcelo Néri (In: BRASIL, agosto de 2005) fez uma série de recomendações, as quais chamou de mecanismos de alívio da pobreza na atividade do turismo, que contribuem neste sentido.

Inicialmente, Néri ressalta a importância da criação de “mecanismos creditícios que alavanquem as atividades do setor que gerem os maiores retornos sociais”. Defende, também, a criação de um programa de regularização fundiária a fim de evitar que as comunidades nativas vendam suas propriedades a preços reduzidos. (In: BRASIL, agosto de 2005: 3)

⁷⁸ Mais informações sobre este programa podem ser obtidas em www.turismo.gov.br/regionalizacao.

⁷⁹ Hoje o Prodetur Nordeste está em sua segunda fase e abrange mais estados.

⁸⁰ Definições retiradas de www.turismo.gov.br. Acesso em 3/9/2006, 20h52.

O autor também aborda a importância do investimento em capital humano, indicando a criação de cursos de capacitação e formação profissional. Ele considera importante reforçar a educação básica das comunidades, sugerindo que este reforço seja combinado com programas de transferências condicionadas de renda, como é o caso do Bolsa-Família. Assim, se aumentaria a atratividade da escola e evitar-se-ia o aumento do trabalho infantil causado pela chegada do turismo. Ainda neste aspecto, Néri defende o aprendizado das línguas estrangeiras e a inclusão digital, fundamentais para o desenvolvimento do turismo. (In: BRASIL, agosto de 2005: 4).

Néri também é a favor da adoção de procedimentos tributários, tais como taxa de estadia pelo uso e Ecotaxa, na medida em que eles podem contribuir para harmonizar objetivos econômicos e sociais com a responsabilidade fiscal e ambiental desejados. (In: BRASIL, agosto de 2005: 4).

Para finalizar, o autor afirma que “[...] A atividade turística não deve ser idealmente colocada como a única opção de financiamento, mas colocada lado a lado com outros investimentos produtivos alternativos”.(In: BRASIL, agosto de 2005: 4).

Já BRASIL (2005: 18 e 19) faz sugestões de investimentos no capital humano, no capital físico e no capital social. Optou-se por destacar aqui parte delas.

Investimentos no Capital Físico

*Incentivo do uso de materiais e insumos de produção local, como forma de dinamização da economia local, bem como de geração de oportunidades de mercado.

Investimentos no Capital Humano

*Promoção da inserção da população local no mercado de trabalho oferecido pelo turismo através da oferta de capacitação profissional adequada com ênfase nas faixas de população local de menor nível de escolaridade.

*Gestão para o estabelecimento, nos destinos, de unidades educativas, tanto para a educação formal quanto para a capacitação em áreas específicas diretamente aplicáveis às atividades turísticas.

*Ações públicas de facilidades para a inclusão digital da população.

Investimentos no Capital Social

*Apoio e crédito para a regularização dos imóveis em situação fundiária informal, sob risco de perda pela especulação imobiliária, causada pela implantação de infra-estrutura pública, principalmente estradas, ou pelo crescimento da própria atividade turística.

*Medidas sociais compensatórias para a instalação de empreendimentos turísticos de grande porte, que privilegiem a população local e nativa.

*Privilegiar a comunidade local e nativa, na oferta de empregos gerados direta e indiretamente pela atividade turística.

*Promoção de geração de oportunidades de prestação de serviços e fornecimento de bens para as classes menos favorecidas da população local, tanto com estímulo a atenção à qualidade dos produtos quanto pela indução à organização deste comércio.

*Incentivo à criação de microempresas comunitárias ou cooperativas para prestação de serviços turísticos deve ser estimulado, com apoio técnico, organizacional e mercadológico que permita o acesso a créditos.

*Oferta de crédito/microcrédito compatível com as atividades desenvolvidas no destino.

*Ações de incentivo a organização e fortalecimento das comunidades locais (empoderamento da sociedade local).

Este capítulo procurou contribuir com o trabalho, destacando as políticas utilizadas no combate à pobreza e enfocando o caso brasileiro. Em seguida, buscou destacar as políticas de turismo existentes no País, principalmente as que podem ser utilizadas no combate à pobreza. Por fim, apresentou sugestões de políticas públicas de turismo para o alívio da pobreza, com base em autores pesquisados. Entende-se como fundamental o papel das políticas públicas, na medida em que o mercado não é capaz, por si só, de criar condições de vida para todos. À seguir, o trabalho é concluído, não sem antes contar com algumas recomendações, feitas a partir de toda a bibliografia consultada.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho foi possível perceber a importância das discussões sobre a pobreza, na medida em que elas instigam as pessoas a refletirem sobre este fenômeno tão vexatório e, talvez por isso, tão esquecido.

Ainda que não exista um conceito único para a pobreza, diariamente somos lembrados de que ela existe. É difícil conseguir se isolar de uma mazela que aflige tantas pessoas países tão diversos no mundo.

Como vimos, medir a pobreza é fundamental para conhecê-la. Conhecê-la é essencial para tratá-la com eficácia. Tratá-la é importante em respeito aos seres humanos que estão marginalizados e enfrentam tantas dificuldades para sobreviver, dia após dia.

No Brasil, a pobreza e a miséria atingem milhões de pessoas. Os estudiosos divergem sobre quantos são, exatamente, os pobres e miseráveis no Brasil. Não que sejamos um País pobre, longe disso, temos um PIB elevado. Somos um país de pobres, uma nação desigual na distribuição de renda. Desigualdade que faz com que a pobreza se reproduza e, ao mesmo tempo, cria condições adequadas para a aplicação de políticas que a combatam. Só para lembrar, por ter um PIB elevado e ser extremamente desiguais, o Brasil possibilita a transferência de rendas de ricos para pobres.

E o que isso tem a ver com o turismo? Não teria nada a ver, se não fossem os principais consumidores do turismo as parcelas mais ricas da população e se o país não tivesse tanto potencial para a prática da atividade. Não teria nada a ver, se o turismo não fosse consumido em seu próprio local de produção, se não fosse tão intensivo em trabalho e se os maiores beneficiados pela distribuição de suas remunerações não fossem as pessoas que tem as rendas mais baixas. E assim, atraindo renda para as regiões mais pobres, o turismo passa a ser importante no alívio à pobreza. Esse trabalho apresentou quatro evidências, a partir das quais é possível afirmar isso.

Mas, quando ficam sabendo que o turismo traz empregos e renda, as localidades vão logo se interessando. Não querem mais informação nenhuma e nem se preparam para receber o turismo. Acaba que, por causa do não-planejamento, o turismo vem e causam mais problemas que vantagens, seja em âmbito social, econômico, ambiental ou cultural. Os turistas passam a ser odiados pelos residentes sem terem culpa de nada.

Medir os impactos ocasionados pelo turismo é fundamental para entender se a atividade é realmente interessante para a população nativa. Envolver essa população no planejamento do turismo é, no mínimo, recomendável.

Entretanto, essa relação custo-benefício nem sempre é levada em conta. A atividade turística segue a lógica dos mercados e essa, não tem o mínimo pudor em relação à concentração de riquezas. É aí que entra o papel das políticas públicas. Mais especificamente, das políticas de turismo direcionadas ao alívio da pobreza.

A partir desse momento estamos pensando nos turistas e nos pobres ao mesmo tempo. Se acreditarmos que a atividade pode realmente contribuir para aliviar a pobreza, motivo principal do seu desenvolvimento para uma comunidade, temos de procurar meios de viabilizar isso. Criar empregos dignos para os pobres a partir do turismo é possível, mas desde que haja qualificação. E essa qualificação é papel do Estado provocar, esteja ela relacionada com a educação básica ou com o aprendizado da informática.

O Ministério do Turismo, assim como os órgãos de turismo de alguns estados, têm dado importante contribuição neste sentido, na medida em que oferecem capacitação para trabalhadores do turismo, produtores associados à atividade, programas de ensino do turismo nas escolas.

Também para apoiar a produção associada ao turismo, políticas de regionalização são essenciais. Neste sentido é interessante o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, criado pelo Ministério do Turismo em 2004. Ele pode

permitir o desenvolvimento de uma região como um todo e não de pontos dentro de uma região. Entender que fabricantes de doces, artesanato ou pedras preciosas vendidas aos turistas fossem incluídos no turismo foi um passo muito importante para a promoção do desenvolvimento regional. A indução da formação de instâncias representativas da sociedade foi outro passo significativo, que merece ser reproduzido.

Os programas de financiamento também são fundamentais se desejamos estimular o empreendedorismo e a formação de pequenas empresas no turismo. Alguns bancos públicos já começam, ainda que timidamente, a desenvolver ações neste sentido.

Ao mesmo tempo, políticas de uso e ocupação do solo são desejáveis para o controle da expansão de uma cidade. Estamos buscando um turismo que reduza a pobreza e não que crie bolsões de miséria nos entornos das cidades turísticas.

As ações ainda são incipientes, como é também incipiente a discussão sobre pobreza e turismo. Não bastam políticas isoladas, não é suficiente fazer uma obra de infra-estrutura se a população não estiver sensibilizada para o turismo, assim como não adianta ter capacitação profissional sem fornecer crédito. Creio que o país deu um grande passo neste sentido com a criação de um ministério exclusivo para o turismo, com a priorização da atividade pelo Governo Federal e, principalmente, com a elaboração de uma política pública de turismo traduzida em um plano nacional. Entretanto, estamos apenas começando e muito trabalho ainda tem de ser feito. A informalidade do setor ainda é muito grande e o amadorismo idem. Apesar dos passos iniciais terem sido dados, ainda temos muito o que caminhar!

Afinal, como afirma Jost KRIPPENDORF(2003), para que o turismo seja um fator de aproximação entre os povos e da manutenção de relações perfeitas entre eles, servindo para o enriquecimento humano e estimulando o indivíduo para um dia-a-dia melhor, é mister que a atividade sirva ao homem, e não o contrário. E para que o turismo seja mais humano é preciso que ele se fundamente numa transação econômica eqüitativa.

6 BIBLIOGRAFIA

ARBACHE, Jorge, *et al.* **Matriz de Contabilidade Social do Brasil para o Turismo:** 2002. Brasília: University of Nottingham e Universidade de Brasília, outubro de 2004. Projeto de Pesquisa Competitividade do Preço do Turismo no Brasil Impactos Econômicos Intersectoriais e Políticas Públicas.

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil.** CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, março de 2003. LC/BRS/R.135

ARBACHE, J. S. e SOARES, J. **The Labor Market in Brazilian Tourism Industry.** Brasília: UnB, 2005. Relatório de Pesquisa. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=457941. Acesso em 15/8/2006, 20h35.

ASHLEY, C. *et al.* **Pro-Poor Tourism:** putting poverty at the heart of the tourism agenda. Overseas Development Institute, março de 2000. Número 51.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável:** desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, junho de 2001. Texto Para Discussão Nº 800. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf. Acesso em 7/8/2006, 19h26.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto Aperfeiçoamento dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, visando à contribuição para o Alívio da Pobreza:** workshop para discussão da formulação preliminar do conceito turismo sustentável e alívio da pobreza. Brasília: Departamento de Programas de Desenvolvimento do Turismo, agosto de 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Sustentável e Alívio à Pobreza no Brasil:** reflexões e perspectivas. Brasília: Departamento de Programas de Desenvolvimento do Turismo, outubro de 2005.

BLAKE, Adam *et al.* **Tourism and Poverty Alleviation in Brazil.** 2006. Disponível em http://www.unb.br/cet/noticias/Adam_Blake.pdf. Acesso em 13/5/2006, 13h23.

BORGES, Cristiano Araujo. **Sociedade das Viagens.** Ouro Preto: UFOP, 2004. Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo. Orientador: Prof. MSc. Verlaine Freitas.

_____. **Ensaio 1.** Brasília: UnB, fevereiro de 2006. Trabalho apresentado à disciplina Economia do Turismo. Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Economia para o Turismo.

_____. **Ensaio 2.** Brasília: UnB, março de 2006. Trabalho apresentado à disciplina Economia do Turismo. Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Economia para o Turismo.

_____. **Ensaio 3.** Brasília: UnB, março de 2006. Trabalho apresentado à disciplina Economia do Turismo. Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Economia para o Turismo.

CASIMIRO FILHO, F. e GUILHOTO, J. J. M. **Dimensionando o Turismo na Economia Brasileira.** In: II Encontro de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: 2002. Disponível em www.geo.sebrae.com.br/geodw/Bibliografia/TURISMO/turismoBR.pdf. Acesso em 7/6/2006. 17h13.

CASTRO, A. D., *et al.* **Análise Sociológica, Planejamento e Turismo com Responsabilidade Social:** estudo de caso de Lavras Novas, Ouro Preto, MG. Recife, PE: maio de 2003. Trabalho técnico científico apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Turismo.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o Lazer.** São Paulo: Editora Moderna, 2000. Coleção Polêmica.

ELLIOTT, Jim. Tourism Management and the Poor. In: BARBOSA, L. G. M. e ZOUAIN, D. M. (Org). **Gestão em Turismo e Hotelaria:** experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004. Capítulo 18. P. 331 a 349.

ELLIOT, S. M. e MANN, S. **Development, Poverty and Tourism:** perspectives and influences in Sub-Saharan Africa. Occasional Paper Series. Disponível em <http://gstudynet.com/gwscg/publications/OPS/papers/CSGOP-05-34.pdf>. Acesso em 2/9/2006, 16h17.

ENNEW, Christine. Understanding the Economic Impact of Tourism. In: BARBOSA, L. G. M. e ZOUAIN, D. M. (Org). **Gestão em Turismo e Hotelaria:** experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004. Capítulo 17. P. 313 a 330.

FARIAS, Aquiles Rocha de, *et al.* **The Brazilian Tourism Production Function.** Disponível em http://www.unb.br/cet/noticias/Milene_Takasago.pdf. Acesso em 13/9/2006, 18h48.

IBARRA, Antonio E. Rodrigues. **Estudo sobre as Metodologias para Estimação da Pobreza no Brasil:** 1990-2001. Brasília: Universidade de Brasília, setembro de 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.** Editora Objetiva, dezembro de 2001. Versão 1.0.

GINDLING, Tim H. Poverty in Latin America. In: **Latin American Research Review.** University of Texas Press, fevereiro de 2005. Vol. 40, No. 1. Versão eletrônica.

GOODWIN, Harold. **Sustainable Tourism and Poverty Elimination.** DFID/DETR, outubro de 1998. Workshop on Sustainable Tourism and Poverty

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, julho de 2001. Texto Para Discussão Nº 807. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf. Acesso em 2/9/2006, 16h09.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda e Crescimento Econômico**. In: Revista Estudos Avançados, v. 15. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>. Acesso em 2/9/2006, 16h08.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001. Série Turismo. 3ª Edição Revisada 2003. [tradução Contexto Traduções].

LANZA, A. e PIGLIARU, F. **Why Are Tourism Countries Small And Fast-Growing?** 1999. Disponível em <http://www.crenos.it/working/pdf/99-6.pdf>. Acesso em 2/9/2006, 16h16.

MEDEIROS, Marcelo. O Estudo dos Ricos no Brasil. In: **Econômica**. Rio de Janeiro: junho de 2005. V. 7, n.1, p. 99-128. Disponível em <http://www.uff.br/cpgeconomia/v7n1/marcelo.pdf>. Acesso em 10/8/2006, 20h18.

NACIONES UNIDAS. **Hacia el Objetivo del Milenio de Reducir la pobreza en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: ONU, 2003. PNUD, IPEA e CEPAL.

NÉRI, Marcelo. **Pobreza**: conceito medição, metas, monitoramento. Brasília: julho de 2005. BRASIL. Ministério do Turismo. Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo. Consultor. Projeto Aperfeiçoamento do Processo de Concepção e Implementação de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, Objetivando o Alívio da Pobreza. Versão Preliminar e Incompleta impressa.

NÉRI, Marcelo. Políticas Estruturais de Combate à Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Capítulo 18. Disponível em www.ipea.gov.br/desigualdade/pobreza/capitulo18.pdf. Acesso em 10/8/2006, 20h26.

NOGUEIRA, Jorge Madeira. **As Especificidades Econômicas da Atividade do Turismo**. Brasília: UnB, 2006. Aula de Economia do Turismo do Curso de Especialização em Economia para o Turismo. Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

_____. **Mercado, Intervenção e Turismo**: justificando a necessidade de política de turismo. Brasília: UnB, 2006. Aula de Economia do Turismo do Curso de Especialização em Economia para o Turismo. Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Turismo y Atenuación de la Pobreza**: recomendaciones para la acción. Madrid, España: OMT, 2004.

ONU. Organização das Nações Unidas. Página na Internet: <http://www.unmillenniumproject.org/goals/goals03.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2006, às 11h42.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O Tamanho da Pobreza**: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 1999. Tradução Heloísa Brambatti.

SPRANDEL, Márcia Anita. **A Pobreza no Paraíso Tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, julho de 2001. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

TAKASAGO, Milene; MOLLO, M. Lourdes R.. **Turismo e Combate à Pobreza no Brasil**: o papel do governo na redução da desigualdade. Brasília: Cet-UNB, 2006.

ZAMOT, F. S. e BARBOSA, L.G. M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo: o caso do município de Rio das Ostras. In: BARBOSA, L. G. M. e ZOUAIN, D. M. (Org). **Gestão em Turismo e Hotelaria**: experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004. P. 89 a 110.

ANEXO

Tabela 2

Decomposição dos índices de pobreza de acordo com as características dos chefes de domicílios — 1995

(UNIVERSO: TODOS OS DOMICÍLIOS)

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE DOMICÍLIO	P0	P1	P2	POPULAÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A POBREZA TOTAL		
					P0	P1	P2
Total	27,68	12,45	8,07	100,00	-	-	-
Sexo							
Homem	26,53	11,40	7,09	82,79	79,35	75,84	72,69
Mulher	33,22	17,47	12,81	17,21	20,65	24,16	27,32
Idade							
Menos de 10 anos	36,99	31,40	29,63	0,02	0,03	0,06	0,09
15 a 25 anos	42,95	24,71	19,49	5,73	8,89	11,38	13,84
25 a 45 anos	31,71	14,49	9,38	51,24	58,70	59,66	59,55
45 a 65 anos	23,88	10,02	6,08	27,87	24,04	22,43	21,00
Mais de 65 anos	15,25	5,32	2,95	15,13	8,33	6,47	5,53

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE DOMICÍLIO	P0	P1	P2	POPULAÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A POBREZA TOTAL		
					P0	P1	P2
Anos de estudo completos							
0 ano	43,06	19,18	11,84	21,04	32,74	32,43	30,86
0 a 4 anos	36,16	16,19	10,20	21,56	28,17	28,05	27,25
4 a 8 anos	25,09	10,96	7,23	31,13	28,21	27,40	27,88
8 a 12 anos	14,10	6,71	4,86	19,51	9,94	10,52	11,75
Mais de 12 anos	3,85	2,94	2,72	6,76	0,94	1,60	2,27
Raça							
Indígena	53,17	27,64	18,23	0,11	0,22	0,25	0,26
Branco	18,07	7,89	5,26	53,03	34,62	33,63	34,58
Preto	38,82	17,68	11,29	46,31	64,94	65,80	64,76
Amarelo	10,86	7,24	5,99	0,54	0,21	0,31	0,40
Setor de atividade							
Agricultura	39,81	17,99	11,20	24,69	35,51	35,68	34,27
Indústria	21,25	7,83	4,26	15,89	12,20	10,00	8,39
Construção	27,36	9,75	5,17	9,96	9,85	7,81	6,38
Setor público	15,80	5,85	3,09	10,18	5,81	4,79	3,90
Serviços	21,38	8,17	4,49	39,28	30,33	25,80	21,86
Posição na ocupação							
Desempregado	74,02	53,43	46,14	3,18	8,50	13,64	18,16
Inativo	28,42	15,45	11,90	17,17	17,64	21,32	25,32
Empregado com carteira	19,74	6,36	3,11	27,16	19,37	13,87	10,46
Empregado sem carteira	40,09	15,57	8,30	15,43	22,35	19,30	15,87
Conta própria	30,75	13,40	8,05	31,12	34,57	33,50	31,02
Empregador	5,37	2,73	2,03	5,95	1,15	1,30	1,49
Servidor público	15,44	5,81	3,10	10,04	5,60	4,68	3,86
Não-remunerado	38,20	25,61	21,60	2,27	3,13	4,6	6,07

CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE DOMICÍLIO	P0	P1	P2	POPULAÇÃO TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A POBREZA TOTAL		
					P0	P1	P2
<i>Densidade populacional</i>							
Rural	33,70	15,61	10,23	21,10	25,70	26,47	26,74
Urbana	25,36	11,36	7,26	49,25	45,12	44,94	44,32
Metropolitana	27,24	12,00	7,88	29,65	29,18	28,59	28,94
<i>Região</i>							
Norte	44,23	20,67	12,96	4,47	7,14	7,42	7,18
Nordeste	43,12	20,32	13,01	29,56	46,06	48,26	47,66
Sudeste	20,94	8,94	5,87	43,39	32,82	31,18	31,53
Sul	13,49	5,80	3,92	15,16	7,39	7,07	7,37
Centro-Oeste	24,61	10,19	6,82	7,41	6,59	6,07	6,27

Fonte: PNAD.

Fonte: NÉRI, 2000: 507 a 509.